

ANGOLA, OS SAN E O DESENVOLVIMENTO



**Relatório da Primeira Conferência Regional das Comunidades San de Angola
De 24 – 27 Abril 2007, Lubango, Angola**

**PROMOVIDO PELA
OCADEC, WIMSA E SNV**

ABREVIATURAS E ACRONOMIAS

!KUNG	Língua San falada pelo sub-grupo !Kung
ACADIR	Associação Conservação Ambiente e Desenvolvimento Rural Integrado
ADCP	Associação para o Desenvolvimento Comunitário
CPDHH	Comité Provincial de Direitos Humanos na Huíla
EDHNU	Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas
DRP	Diagnostico Rural Participativo
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IGCA	Instituto de Gedeogia e Cartografia de Angola
IWGIA	International Work Group on Indigenous Affairs
LT	Lei de Terras
MINADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINARS	Ministério de Assistência e Reinserção Social
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção de Mulher
NCA	Norwegian Church Aid
OCADEC	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
OXFAM NOVIB	Foundation Stichting Oxfam Novi b (Organização Holandesa)
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
SNV	Organização Holandesa de Desenvolvimento
TRÕCAIRE	Agência Católica para um Mundo Justo
WIMSA	Working Group of Indigenous Minorities

Ficha Técnica

Coordenação

Gaspar Daniel
Benedito Quessongo

Edição/Design e Paginação

Gaspar Daniel

Correcção Ortográfica

Agnelo Carrasco

Colaboração

Richard Pakleppa
Axel Thoma
Maria José Lopes
Guilherme Santos
Idalinda Rodrigues
Marcelino Mussanha

Propriedade

OCADEC¹

Projecto Primeira Conferência Regional dos San de Angola, 24 – 27 Abril 2007

Financiamento

IWGIA – International Work Group on Indigenous Affairs
OXFAM NOVIB – Holanda
Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola (OHCHR)
Trocaire Angola
Terre des Hommes
FAO - UE

Impressão

Gráfica da Huíla
Largo Afonso Cerqueira, Lubango, Angola

Tiragem

500 cópias

¹ A OCADEC (Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário), foi fundada em 2001, com o objectivo de participar, ao lado do povo San de Angola, na luta contra a discriminação, exclusão social, política e cultural de que este povo é vítima, ajudando na criação de vias pelas quais a comunidade possa expressar e realizar as suas legítimas aspirações.

A missão da OCADEC é a de contribuir para a criação e adopção de medidas de desenvolvimento sustentado das comunidades San Angolanas e conquista de um estatuto de igualdade em todas as vertentes daquilo que a cidadania Angolana deve significar para os nossos irmãos San Angolanos.

OCADEC tem a sua sede junto do Edifício do MINADER-Huíla, C. P. 1063, Tel. +244 2612 25414; Telemóveis +244 2612 40798 / +244 923 537466 ou ainda 923 459353; E-mail; ocadec.angola@gmail.com / beneditoq@yahoo.com.br / gldanielao@yahoo.com

INDICE	PAGINA
ABREVIATURAS E ACONOMIAS	2
FICHA TÉCNICA	3
AGRADECIMENTOS	5
0. INTRODUÇÃO	6
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
I. ATÉ A CONFERÊNCIA: O CAMINHO PERCORRIDO	8
1.1 Antecedentes da Conferência	8
1.2 A Ideia da Realização da Conferência	10
1.3 Fase Preparatória	11
1.4 A pré-Conferência	13
1.4.1 O que foi a pré-Conferência	13
1.4.1.1 Resumo dos Resultados da pré-Conferência	14
II. A CONFERÊNCIA	15
2.1 Objectivo da Conferência	15
2.2 Participantes, Actividades e Metodologia	15
2.3 Resultados da Conferência	16
2.3.1 Temas, Problemas identificados e Recomendações	19
2.4 Avaliação	29
III. DEPOIS DA CONFERÊNCIA: CAMINHO A PERCORRER	30
IV. ORÇAMENTO E RELATÓRIO FINANCEIRO	31
V. ANEXOS	32
I – Lista de Participantes da pré-Conferência	33
II – Lista de Participantes da Conferência	37
III – Discurso de Abertura, por Dionísio Emílio Epalanga, Delegado da Justiça	46
IV – Discurso de Abertura, por Dr. Vigílio Tyova, Administrador Mun. Lubango	50
V – Instrumentos e mecanismos internacional de protecção de populações indígenas/minorias étnicas	54
VI – Situação Jurídica das comunidades San no que diz respeito à terra	56
VII – Modos de vida da comunidade San	58
VIII – The San’s ongoing Struggle, by Baba Festus	61
IX – WIMSA: An Introduction, by Mathambo Ngaekaeaja	66
X – Address by Consellour Sisa D. P. Newana, Diplomata Embaixada de África do Sul	68

AGRADECIMENTOS

A OCADEC, manifesta o seu sincero agradecimento às comunidades San pela sua dedicação, envolvimento activo e entrega em todas as fases do processo de preparação para Conferência, bem como durante a realização da mesma.

Os nossos agradecimentos vão igualmente para os Governos das províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango; para a Delegação Provincial da Justiça; Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção Provincial do MINFAMU, Direcção Provincial do MINARS, Direcção Provincial da Comunicação Social; para o Comité Provincial dos Direitos Humanos na Huíla; para as Administrações Municipais do Lubango e do Kipungo e para a EDA-Kipungo, pelo seu apoio e participação.

Os nossos profundos agradecimentos para o indispensável papel desempenhado pelas agências doadoras: Trocaire Angola, Terre des Hommes, Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola, Oxfam Novib, IWGIA (International Work Group on Indigenous Affairs), WIMSA, FAO-EU; a SNV pelo seu apoio com transporte e assessoria.

Estamos de igual modo agradecidos às Embaixadas dos Estados Unidos de América, da Holanda, da África do Sul, que nos honraram com a sua presença na Conferência.

Os nossos agradecimentos a Vigilio Tyova, Alberto Di Grazia, Lutero Campos, Ana Maria de Oliveira, José Neto, António Chipita, Rita Adelina Soma, Edina Kozma, Constance Brathwaite, Michael Comer Ford, Joaquim Tyova, Mariana Soma, Jenny Evaristo, Evaristo Tito, Henrique Lopes, Alípio Jorge, Idalinda Rodrigues, Rosa Gonçalves, Acácio Tchikunga Gabriel, Martinho Kamati Lobito, Fernando José Kalunga, Ana Rosária da Cunha, Esmael Chicambi, Calvin Venâncio, Tchitoi Paulo Praia, João Canonguambi, pelo apoio e dedicação durante a realização da Conferência.

Os nossos profundos agradecimentos para Guilherme Santos, Richard Pakleppa, Axel Thoma, Maria José Lopes, Lourdes Salgado, Adriano Gomes, Otto Jacinto, Pedro Taleingue, Marcelino Ngula Mussanha, Baba Festus, Mathambo Ngaekaegja, Celso Malavoloneke, pela sua acessória, facilitação, dedicação e entrega durante todo este longo processo de preparação para este evento.

O nosso bem-haja para a ACADIR, por ter facilitado a preparação das comunidades San do Kuando Kubango, ADCP, por ter disponibilizado o seu pessoal para a Conferência, para snack bar Novo, Paladar por ter servido as refeições durante a Conferência e o Agnelo Carrasco, por ter facilitado a estruturação e correcção deste presente relatório da Conferência.

Os nossos agradecimentos também para aqueles que, embora não mencionados acima, fizeram parte dos esforços que se uniram para a realização deste evento e ao público em geral que nos honrou com a sua presença na Conferência.

0. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta as actividades que levaram até a realização da Conferência financiado pela Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola (OHCHR), Oxfam Novib, IWGIA, Trocaire Angola, Terre des Hommes e FAO Angola. Também teve a participação com transporte a SNV Angola.

O relatório contém 22 páginas e 4 capítulos. O relatório começa com uma introdução e um resumo executivo. O primeiro capítulo fala do caminho percorrido até a conferência. O segundo capítulo fala sobre a conferência e suas actividades e o último capítulo fala sobre o caminho a percorrer após a Conferência.

1. RESUMO EXECUTIVO

A Conferência foi realizada em quatro fases distintas, com acções simultâneas e complementares, desde a preparação das e com as comunidades, as autoridades do Estado e Governo, a logística, a documentação e metodológica; a pré-Conferência dos San de Angola; os encontro entre os San dos outros países; a Conferência com a participação de outras entidades convidadas, e a mesa redonda que teve a participação de representantes dos San dos países presentes, das ONGs e da comunidade doadora. Este processo decorreu de Dezembro de 2006 a Junho de 2007.

De 24 a 27 de Abril de 2007, representantes das Comunidades San Angolanas, membros dos Governos Provinciais da Huíla, do Kunene, do Kuando Kubango, representantes San da Namíbia, do Botswana e da África do Sul, representantes das embaixadas da África do Sul, da Holanda e dos Estados Unidos da América, Agências do sistema das Nações Unidas, bem como membros de ONGs nacionais e internacionais, activistas da sociedade civil, entidades religiosas, académicos e estudantes reuniram-se no Lubango, capital da Província da Huíla, para o evento histórico que foi a Primeira Conferência Regional dos San de Angola.

A conferência foi precedida por 2 dias de Pré-Conferência, durante os quais líderes San de Angola, da Namíbia, do Botswana e da África do Sul, partilharam as suas experiências, esperanças e ideias para a melhoria das suas condições de vida.

O evento foi promovido pelas ONGs OCADEC, WIMSA e SNV sob a égide do Governo Provincial da Huíla.

Foram identificados e discutidos os seguintes:

1. Liderança, Representação, Identidade, Exclusão/Inclusão – Direitos Humanos;
2. Agricultura, terras e águas;
3. Serviços básicos água, saúde e educação;
4. Habilidades, capacidades, conhecimentos, competências e acesso a recursos;
5. Género – questão da mulher e criança.

I. ATÉ A CONFERÊNCIA: O CAMINHO PERCORRIDO

1.1. Antecedentes da Conferência

Contactos estabelecidos entre 1998 e 2001 com comunidades San na província da Huíla, indicaram que, no contexto da guerra civil em Angola, aquelas comunidades enfrentavam gravíssimas dificuldades e privações, pondo em risco a sobrevivência de muitos dos seus membros. Foi constatada a existência de uma taxa de mortalidade alta e de uma fragmentação social que se processou progressivamente durante os vinte e sete anos de guerra civil. Há longas histórias de exploração aberta e discriminação contra os San pelos seus vizinhos Bantu, que têm maior poder político e económico-social.

Em Janeiro e Novembro de 2002, a Trocaire Angola e WIMSA facilitaram dois encontros dos líderes San Angolanos e líderes da OCADEC com os líderes San da África do Sul, Botswana e Namíbia, realizado em Windhoek, Namíbia. Como resultado desta troca de experiências, a Assembleia Geral da WIMSA decidiu apoiar actividades cujo objectivo fora o de alcançar uma maior efectivação dos direitos humanos e das necessidades de desenvolvimento dos San em Angola. Foi nessa altura decidido que a avaliação das necessidades seria o primeiro passo. A avaliação foi comissionada pela WIMSA, Trocaire Angola e NCA, em parceria com a OCADEC, em Junho e Julho 2003, nas províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango e Moxico. Esta avaliação resultou num relatório narrativo e vídeo, *“Onde os primeiros São os Últimos – A Luta pela Sobrevivência das Comunidades San no Sul de Angola”*, da autoria de Richard Pakleppa, um consultor estrangeiro, e do antropólogo Américo Kwononoka, um consultor angolano.



**Foto GL Daniel:
Arquivo OCADEC:**
Fotos que ilustram os
resultados alcançados
durante as duas fases do
programa de emergência





**Fotos GL Daniel:
Arquivo OCADEC:**
Fotos que ilustram os resultados alcançados durante as duas fases do programa de emergência.



**Fotos GL Daniel:
Arquivo OCADEC:**
Fotos que ilustram os resultados alcançados durante as duas fases do programa de emergência.



Como resultado directo das recomendações do referido relatório, a Trocaire Angola financiou um projecto de emergência, de Novembro de 2003 a Junho de 2004, que assistiu 358 famílias San e 100 famílias não-San nas províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango. Este projecto de emergência envolveu a distribuição de sementes (de milho, massango, massambala, feijão e ginguba), instrumentos agrícolas (enxadas europeias e tradicionais, catanas, limas, machados, baldes plásticos, pás), bens não-alimentar: sabão, roupa usada, mantas, e comida para protecção das sementes.

Após a avaliação da primeira fase do projecto de emergência por Sheila Dutton, consultora independente sul-africana, foi recomendado que nas circunstâncias de então deveriam ser implementada uma segunda fase do projecto. Esta nova fase foi financiada pela Trocaire Angola e seus parceiros. Nessa altura o projecto assistiu 785 famílias San, um total de 3835 pessoas.

O projecto foi implementado de Novembro 2004 a Abril de 2005, pela OCADEC. Tendo em conta que naquele período as chuvas foram regulares, as colheitas foram satisfatórias, o que garantiu a alimentação das famílias envolvidas no projecto, até ao início da campanha agrícola seguinte 2005/06. Também foi implementado um projecto intermédio, de Outubro de 2005 a Fevereiro de 2006. Este projecto teve como objectivos avaliar o nível de segurança alimentar, depois das duas fases do programa de emergência; criar um banco de dados sobre as comunidades San de Angola; tornar as comunidades e os governos locais conscientes dos direitos de terra dos San e identificar as terras tradicionais dos San.

Em Maio de 2005, com o financiamento da FAO Angola, a OCADEC e a comunidade San do Mupembati, em conjunto com o MINADER-Huíla, o IGCA, a Administração Municipal de Kipungo e a Administração Comunal do Hombo, delimitaram o espaço territorial pertencente à comunidade San do Mupembati e, conseqüentemente, em Outubro do mesmo ano, o Governo Angolano emitiu o primeiro título de domínio útil consuetudinário, em nome da comunidade San do Mupembati, título oficialmente entregue pelo governo durante a Conferência.

1.2 A ideia da realização da Conferência

A ideia da realização da Conferência nasceu após o fim das actividades de delimitação do espaço territorial dos San do Mupembati. Depois de anos de trabalho directo e pesquisas, quando ninguém sabia como sobreviviam as comunidades San em Angola, estes estudos alertaram algumas entidades, em especial as ligadas a povos indígenas, para a situação em que viviam os San em Angola. De referir que, até a data dos referidos estudos de campo, o discurso geral no país era, mesmo ao nível governamental, de que os San eram um povo já extinto. Nessa altura decidiu-se que dever-se-ia organizar um seminário de entrega do título. Encontro realizado entre OCADEC, Trocaire e WIMSA em 2005, com o actual Administrador Municipal do Lubango, Dr. Vigilio Tyova, assentou-se que, em vez de um simples evento de entrega de um título fosse realizada uma reunião abrangente que tivesse a participação não só dos San da província da Huíla, como dos San do Kunene e do Kuando Kubango, e ainda o de outros San dos países vizinhos e que aquela reunião se tornasse de intercâmbio e troca de experiências. Foi o amadurecer desta ideia que deu origem à outra mais ambiciosa e, por conseguinte, mais abrangente, de se realizar a conferência.

Uma recomendação muito importante do relatório referido atrás, foi a de que as pessoas, nas comunidades, se deviam organizar, de modo a conseguirem melhorar as condições de vida, sendo uma das vias para tal a representatividade dos San perante as autoridades. Assim surgiu a ideia de passada a situação de emergência alimentar, se realizar uma reunião de reflexão sobre a situação dos San em Angola com vista a chamar a atenção da sociedade civil e do governo para as necessidades daqueles e juntos pensarem em soluções de longo e médio prazo, para a melhoria das condições de vida das comunidades San de Angola.

1.3 Fase preparatória

Sendo a primeira vez que as comunidades San de Angola se encontrariam para uma reunião de reflexão, definição e criação de mecanismos de intervenção futura, houve, nesta fase nas localidades de estacionamento dos San discussões e debates participativos sobre os seus problemas e necessidades, organização comunitária e a eleição dos delegados à Conferência, que deveriam ser capazes de reportar os problemas gerais das



comunidades. Os métodos usados foram os de animação comunitária e o DRP – Diagnostico Rural Participativo.

As comunidades San da Huíla e Kunene foram preparadas pela OCADEC, as do Kuando Kubango pela ACADIR, uma organização angolana baseada em Menongue, Kuando Kubango.

Simultaneamente, houve trabalhos de lobby, sensibilização e advocacia juntos das diferentes

autoridades do Estado, Governo, e tradicionais; igrejas; organizações da sociedade civil, e comunidade doadora. Como resultado, verificou-se a participação activa dos representantes dos diferentes órgãos do governo, organizações doadores e do sistema da ONU e da sociedade civil.





O trabalho comunitário foi realizado em 15 semanas, conduzido por uma equipa de técnicos de desenvolvimento comunitário da OCADEC, com apoio de consultores nacionais e estrangeiros.

A equipa de campo foi assessorada pela SNV nas técnicas de organização, mobilização e organização comunitária e advocacia.

A fase de preparação técnica, logística, documental, imagem e

metodológica envolveu as componentes de planificação, gestão e organização executadas por uma equipa da OCADEC, com apoio de um grupo de voluntários e assessoria da SNV, que também se responsabilizaram pela gestão financeira do projecto da Conferência.

1.4 A pré-Conferência

1.4.1 O que foi a pré-Conferência



Foto G. Daniel: Trabalho de grupo dos San de Kipungo, co-facilitado pelos seus compatriotas San de Africa do Sul e da Namíbia.

Representantes das Comunidades San angolanas, membros dos Governos Provinciais da Huíla, do Kunene, do Kuando Kubando, representantes San da Africa do Sul, do Botswana e da Namíbia, Agencias do sistema das Nações Unidas, bem como membros de ONGs nacionais e internacionais, e observadores, reuniram-se no Centro dos Espiritanos CESAFE, Mapunda, Lubango, capital da Província da Huíla, para a pré-Conferência que foi o pré-evento que serviu como fase de os próprios San identificarem e discutirem os problemas que lhes aflige. Vede lista de participantes anexo I.

Durante a pré-Conferência foi adoptado um modelo de participação, que consistia em pequenos grupos de discussão e discussões em plenário.

Num primeiro momento da distribuição dos grupos, obedeceu um critério geográfico: Os grupos foram divididos de acordo com a sua proveniência geográfica, de modo a agrupar as pessoas por zonas do país e assim discutir os problemas específicos das suas aldeias.

Findo o trabalho dos grupos, passou-se a uma apresentação em plenário, dos resultados das discussões a todos os restantes participantes da pré-Conferência. Cada grupo elegeu um representante para apresentar as conclusões da sua discussão aos restantes participantes da pré-Conferência.

O objectivo da adopção deste método na primeira fase da Conferencia foi o de dar voz aos representantes, num exercício que se assemelha a uma das componentes da actividade de representante da comunidade, bem como o da elevação da auto-confiança, ao ver-se capaz de falar perante toda uma plateia.



Foto G. Daniel: Manuel Tchombe apresentando em plenária o resultado do seu grupo de trabalho

De referir que as apresentações foram muito bem feitas e mesmo aqueles representantes que não podiam ler os flip charts, revelaram ter uma memória admirável.

De seguida ainda em plenária, passou-se ao método de discussão dos resultados e a uma segunda divisão dos participantes em grupos de trabalho. No entanto, desta vez, o critério não era geográfico, mas sim por assunto identificado durante a primeira parte. Os grupos tinham os seguintes temas:

- 1. Liderança, Representação, Identidade, Exclusão/Inclusão – Direitos Humanos;**
- 2. Agricultura, terras e águas;**
- 3. Serviços básicos: água, saúde e educação;**
- 4. Habilidades, capacidades, conhecimentos, competências e acesso a recursos;**
- 5. Género – questão da mulher e criança.**

Na discussão dos problemas relacionados com os temas acima mencionados, optou-se por uma análise a partir da comunidade. Quer isto dizer que, antes de mais, se optou por fazer o exercício de pensar primeiro em como a própria comunidade poderia agir para resolver os seus problemas e só numa segunda fase se pensou em como os vizinhos, as administrações municipais, comunais e, por fim, o governo central poderiam ajudar a resolver os problemas da comunidade.

Durante os dois dias da pré-Conferência a inclusão de todos os participantes, em especial dos participantes San angolanos e dos países vizinhos foi uma constante. A preocupação e o cuidado com a tradução, em especial de português para !Kung e de !Kung para Português foi permanente. Não houve durante a pré-Conferência nenhum momento ou acontecimento que não tenha sido alvo da necessária tradução. De referir que, mesmo entre os San angolanos, nem todos falavam o mesmo !Kung, isto devido a influência das línguas vizinhas, pelo que a actividade de tradução por vezes teve de ser auxiliada pelo uso de outras línguas nacionais, uma vez que por norma os San falam as línguas dos seus vizinhos

1.4.1.1 Resumo dos resultados da pré-Conferência

Dos dois dias de pré-Conferência resultaram a identificação dos problemas que assolam as comunidades San, bem como a indicação de possíveis soluções e, mediante estas, de medidas a serem tomadas no futuro, não só pelo Governo e agências humanitárias, mas também pelos próprios San. Durante estes dias, os participantes não-San, tiveram um papel de meros observadores.

Da auscultação dos problemas narrados na primeira pessoa pelos representantes San presentes, resultou uma série de recomendações relativas aos diferentes temas abordados. Estas recomendações são o resultado da reflexão dos próprios San, que foram apresentadas na Conferência.

II. A CONFERÊNCIA

2.1 Objectivos da Conferência

- ⇒ Entrega do primeiro título de reconhecimento do direito de domínio útil consuetudinário a uma comunidade San,
- ⇒ Contribuir para uma tomada de consciência sobre a situação das comunidades San de Angola, bem como dar a conhecer ao público em geral a vivência, cultura, história e actuais condições de vida das comunidades San angolanas,
- ⇒ Promover um primeiro encontro entre os San de Angola (provenientes das províncias da Huíla, Kunene e Kuando Kubango), os da Namíbia, da África do Sul e do Botswana, de modo a proporcionar a oportunidade de troca de experiências entre as diferentes comunidades San de Angola, da África do Sul, da Namíbia e do Botswana,
- ⇒ Reunir os potenciais líderes San de Angola e sensibilizá-los para a compreensão dos desafios a enfrentar,
- ⇒ Estimular a elevação dos níveis de auto-estima e auto-valorização colectiva das comunidades San de Angola, pelo convívio com comunidades San estrangeiras que já alcançaram várias vitórias na luta pela efectivação do seu direito de reconhecimento à dignidade humana,
- ⇒ Sensibilizar as autoridades do Estado angolano e das organizações de apoio ao desenvolvimento, para os problemas específicos das comunidades San de Angola e das minorias étnicas em geral.

2.2 Participantes, actividades e metodologia

A Conferência teve representantes das Comunidades San angolanas, representantes San da Namíbia, do Botswana e da África do Sul, membros dos Governos Provinciais da Huíla, do Kunene e, do Kuando Kubango, representantes das embaixadas da África do Sul, da Holanda e dos Estados Unidos da América, Agências do sistema das Nações Unidas, bem como membros de ONGs nacionais e internacionais, activistas da sociedade civil, entidades religiosas, académicos e estudantes reuniram-se no Lubango, capital da Província da Huíla, para o evento histórico que foi a Primeira Conferência Regional dos San de Angola. Vede lista dos participantes – anexo II.

A conferência foi precedida por 2 dias de pré-Conferência (24 – 25 Abril '07), durante os quais líderes San de Angola, da Namíbia, do Botswana e da África do Sul, partilharam as suas experiências, esperanças e ideias para a melhoria das suas condições de vida.

A participação activa com responsabilização, o diálogo, a gestão de sinergias e talentos de todos os actores envolvidos formaram os pressupostos-chave.

Foram adoptados métodos e técnicas apropriados a um bom procedimento nos trabalhos e actividades planificadas, com destaque para a criatividade e a participação.

Criou-se grupos de organização comunitária, secretariado e documentação, acomodação e alimentação, informação – comunicação – imagem, porta-voz, acolhimento na sala de conferência, transportes, moderação e facilitação, recursos didáctico e equipa de pilotagem.

Estes grupos trabalharam na base de um plano global e planos periódicos de forma articulados através dos líderes dos sub grupos sob coordenação do director da conferência. Foram feitos encontros periódicos de concertação, balanço e planificação.

2.3 Resultados da Conferência

A Conferência tinha dois momentos diferentes. Por um lado, lançar uma primeira semente para a criação de um espaço de reflexão dos San, em que os San decidissem os assuntos a fazer parte da agenda. Daí a importância de se ver este evento como o culminar de dois dias da actividade anteriormente descrita, na parte relativa a pré-Conferência, em que o palco foi totalmente dos representantes San participantes. As resoluções, bem como os estudos apresentados durante a Conferência foram resultado de, em alguns casos, trabalhos de campo nas aldeias San e, noutros casos, dos dois dias de auscultação daquilo que são os problemas, os desejos e possíveis soluções para a desejada melhoria das condições de vida nas comunidades.

A Conferência começou com a mesma mensagem dos San que pôs fim aos dois dias de pré Conferência. A mensagem, apresentada em estilo de canção interpretada pelos San, resumia, no fundo, as resoluções a serem apresentadas na Conferência, dizendo o seguinte:



*“Somos todos angolanos.
Queremos ter os mesmos direitos que todos os outros angolanos.
Temos vontade de trabalhar*

*Temos força para cultivar os nossos campos
Temos o sonho de uma vida sem abusos
Queremos treinamento para os nossos líderes*

*Queremos respeito pelas nossas comunidades e pelos nossos líderes
Queremos ser parte do novo futuro de Angola
Queremos escolas, postos médicos e uma adequada legislação sobre a terra*

*Queremos um pagamento justo pelo nosso trabalho
Queremos uma boa relação com os nossos vizinhos Bantu
Queremos a mesma ajuda que outros recebem”*



Fotos que ilustram o performance durante a apresentação das recomendações em forma de canção

O segundo momento da Conferência foi o de informar os participantes sobre a vivência dos San, com o objectivo de pôr fim a alguns estereótipos que tanto têm prejudicado o desenvolvimento das comunidades.

Deste evento e do empenho de todos os participantes San na equação de possíveis soluções para os seus problemas, certamente se pode justamente concluir que os San angolanos estão motivados e comprometidos em participar de forma activa na resolução desses problemas. Reivindicam, no entanto, com razão, uma oportunidade, dizendo que se tivessem as mesmas oportunidades que os outros povos também poderiam prosperar. O micro-crédito é um exemplo das oportunidades essenciais para dar o primeiro impulso de que os San precisam para melhorar a sua situação económica.

Para além das recomendações acima descritas, esta Conferência, foi a primeira oportunidade de contacto entre os nossos San de Angola e os San de outros países, o que teve um óptimo efeito no que diz respeito à auto-estima dos San angolanos. A oportunidade de os próprios San angolanos, provenientes de diferentes províncias, se conhecerem foi igualmente muito apreciada. Ficou expressa a vontade de se organizarem, para também conseguirem vitórias como as dos San de outros países, que já se conseguiram organizar e ver as suas lideranças reconhecidas, de modo a que lhes seja permitido participar nas tomadas de decisões que lhes dizem respeito, pois quem melhor só que eles para saberem quais as necessidades. Este foi, aliás a mote desta Conferência.

Quanto à relação com o Governo, é de salientar os discursos oficiais efectuados durante o evento. Como disse Armando Muleka, um representante San do Hoque, “Agora a porta está aberta. Vemos que o Governo nos está a ouvir”. Oxalá que rapidamente esta nova imagem se transforme em medidas oficiais de maior apoio à sobrevivência e desenvolvimento do povo San.



Mesa de abertura oficial da Conferência presidida pelo: Digníssimo Dionísio Emílio Epalanga, Delegado da Justiça na Huíla, em representação do Governador da Província da Huíla; ladeado por: a sua esquerda pelo Digníssimo Dr. Vigílio Tyova, Administrador do Município do Lubango; e pela Digníssima Dr.^a Ana Maria de Oliveira, Deputada da Assembleia Nacional; e a sua direita pelo Digníssimo Francisco Manjolo, Vice-Governador p/ EE Social e Produtiva da província do K. Kubango.

No discurso de abertura do Governador da Província da Huíla, Sua Exc.^a Francisco José Ramos da Cruz, apresentado pelo seu representante, o Sr. Dionísio Marinheiro Emílio Epalanga, Delegado Provincial do Ministério da Justiça, foi expresso que o objectivo da Conferência era o de uma troca de experiências, de modo a entender as necessidades dos San Angolanos, para que assim seja possível alertar as autoridades e organizações de desenvolvimento para a situação em que vivem. Disse também que o Governo da Huíla está empenhado na integração dos San angolanos e na luta para alcançar uma segurança alimentar através da produção agrícola.

Na sua mensagem de abertura, o Administrador Municipal do Lubango, Dr. Vigílio Tyova, disse o seguinte aos San presentes:

“Os vossos filhos são nossos filhos e não é possível que os nossos próprios filhos sejam escravos.”

Disse também, que embora os San sejam os primeiros habitantes de Angola, estes encontram-se agora no nível mais baixo da escala social. Referindo-se ao relatório governamental sobre níveis críticos de fome, doença, servidão, exclusão social e analfabetismo, falou sobre a resignação daqueles que sofrem e a ferocidade daqueles que exploram. “E isto tem de parar”, Disse.

2.3.1 Temas, Problemas identificados e Recomendações

A. Liderança, Representação, Identidade, Exclusão/Inclusão – Direitos Humanos,

A.1 Problemas identificados



Embora se trate de uma sociedade bastante igualitária, há muitos anos atrás as comunidades San tinham líderes, aos quais davam o nome de !Nore Kxa Kxao. Hoje, os San continuam a ter esses líderes. No entanto, pelas alterações sociais vividas no país, actualmente tais líderes não têm qualquer poder de representação do seu povo fora da comunidade, uma vez que, no decorrer do tempo, este poder foi usurpado pelos vizinhos Bantu.

Neste momento, os líderes San ainda se encontram dependentes dos líderes Bantu para fazerem ouvir as suas vozes. No entanto, os líderes Bantu não fazem chegar às autoridades os problemas colocados pelos líderes San. Assim sendo, hoje, para além de serem excluídos dos encontros e reuniões de autoridades tradicionais das suas zonas, por não lhes ser reconhecido nenhum poder ou direito de representação

fora das suas comunidades. Os San não dispõem de qualquer meio ou intermediário que faça chegar os seus problemas e opiniões à agenda das restantes autoridades tradicionais.

A agravar e, até mesmo, a legitimar, perante a lei, a exclusão dos San das estruturas de poder tradicional do país, está o facto de não haver um único líder San reconhecido entre os milhares de autoridades tradicionais reconhecidas pelo Estado angolano nos últimos anos.

Falta igualmente uma capacitação dos líderes San para representação dos interesses do seu povo perante as autoridades e outros grupos étnicos, com os quais têm de interagir no seu dia-a-dia.

Acreditando que na união está a força, e incentivados pelo sucesso dos San dos países vizinhos, os representantes San angolanos identificaram a necessidade de se organizarem e instituírem um órgão de representação dos San angolanos, que sirva de instância catalizadora e canalizadora das vontades, opiniões e necessidades do seu povo, tanto ao nível nacional, como internacional. Decidiram igualmente que devem ser eleitos novos líderes San, que possam regularmente discutir os problemas das comunidades entre estas, mas também desenvolver capacidades de as representar no exterior perante outros grupos étnicos, as ONGs, as autoridades locais e o Governo.

A.2 Recomendações

- ⇒ As comunidades San e as organizações de apoio às mesmas, devem sensibilizar o Governo sobre a cultura e estruturas de liderança tradicional dos San, bem como para a forma como estas funcionam, com vista a pôr fim ao efeito negativo de pré-concepções erradas, como a de pensar, por se tratar de uma sociedade de cariz igualitário, os San não têm qualquer estrutura de liderança e representação. Mesmo tratando-se de uma sociedade de cariz predominantemente igualitário, a verdade é que esta característica não invalida a necessidade de uma estrutura de liderança, ainda que apenas para representação dos interesses da comunidade no exterior desta.
- ⇒ Implementação de programas de capacitação dos líderes San, a fim de melhorar o seu entendimento sobre as estruturas governamentais e políticas, bem com das leis, com vista a melhorar a sua articulação e capacidade para conhecer e cumprir com as suas obrigações, assim como exercer e exigir o respeito pelos seus direitos. Os representantes San reconhecem que só desta forma poderão efectivamente, servir os interesses das suas comunidades e possam manter o necessário diálogo com o Governo e ONGs. Assim sendo, comprometem-se a empenhar-se em acções de formação que sirvam o fim acima indicado.
- ⇒ Devem ser eleitos novos líderes San ao nível das aldeias, ou então reconfirmada a posição dos presentes líderes, para que estes possam integrar o Conselho San, uma vez criado. Os representantes San presentes na Conferência traçaram um perfil para o líder San, segundo o qual os líderes San devem:
 - a) Conhecer a sua comunidade, os seus problemas e ter capacidade de descobrir as causas destes problemas e sugerir soluções,
 - b) Ter capacidade de reunir a comunidade e mobilizá-la para a procura de respostas aos seus problemas,
 - c) Ser capazes de reportar a terceiros os problemas e necessidades da comunidade, com vista a encontrar soluções satisfatórias,
 - d) Ter capacidade de se integrarem no grupo de outros líderes San para discussão dos assuntos que dizem respeito aos San,
 - e) Ser capazes de partilharem a informação trazida dos encontros realizados fora da aldeia com os demais membros da sua comunidade,
 - f) Não devem tomar decisões sozinhos,
 - g) Ser capazes de ouvir a comunidade e reflectir sobre as opiniões dadas,
 - h) Saber o que as visitas vêm fazer à comunidade,
 - i) Ser capazes de organizar e seleccionar as pessoas certas para gerir o património colectivo que possa vir a existir na comunidade, como é o caso das escolas, sondas, postos de saúde, etc.
- ⇒ As experiências dos San representantes dos países vizinhos deverão ser partilhadas e discutidas com todos os outros San angolanos, de modo a definir a melhor estratégia de adaptação daquelas experiências de sucesso à realidade local dos San angolanos.

- ⇒ Deverão ser feitas novas consultas e acções de sensibilização das comunidades para a necessidade de criação do Conselho San e definição da estrutura a ser dada a este órgão de representação dos San angolanos.
- ⇒ Os San apelam à realização de efectivas consultas pelo Governo e ONGs a nível local, municipal e provincial, de modo a serem incluídos nas tomadas de decisão sobre planos de desenvolvimento traçados para as suas zonas de residência.



Foto GL Daniel: Líderes San presentes na Conferência

B. Agricultura, terras e águas para a actividade agrícola

B.1 Problemas identificados

Antes de mais, no que diz respeito a este tema, deve-se referir que, de acordo com os relatos dos próprios San, já não corresponde, de todo, à realidade dos San angolanos, a ideia de que os San não têm qualquer apêgo pela terra, interesse por actividades agrícolas, ou qualquer entendimento destas actividades. Esta é mais uma pré-concepção errada acerca da vivência actual do povo San. Como todos os povos, também o povo San se adaptou à mudança dos tempos e, mais do que isso, se viu forçado a mudar alguns dos seus hábitos por constrangimentos como a guerra e consequente insegurança na deslocação dentro do país. Hoje os San angolanos são um povo sedentário, estabelecido nas suas actuais aldeias há décadas e o seu interesse e vontade de cultivar as suas terras é manifesto. O problema é que faltam os meios para tal. Faltam, de um modo geral, instrumentos e tracção animal, indispensáveis para a prática de agricultura de modo sustentável. Assim sendo, muitas vezes os San vêm-se obrigados a emprestar as suas terras a quem tem meios para as cultivar, recebendo, em troca, alguma comida.

De acordo com o relato dos seus membros mais idosos, a comunidade de Mutwe-Wo-Ondjamba, por exemplo, encontra-se naquela região desde o período pré-colonial, tendo sido, segundo os mesmos, os primeiros a chegar àquela zona.

No entanto, com a alteração das condições de vida, resultantes da guerra, cederam parte das suas terras a pessoas vindas de outras zonas. Aos primeiros cederam a terra por uma questão de solidariedade. Estes instalaram-se e foram trazendo suas famílias, formando aldeias. A outros, cederam as terras em troca de instrumentos, que, muitas vezes, simplesmente, não chegaram a receber. Mais recentemente, estes casos de “empréstimo “ de terras foram forçados pela situação de pobreza e mesmo de fome em que vivem, devido à falta de meios para cultivar a terra, pelo que emprestaram as suas terras, em alguns casos, em troca de quantias irrisórias de comida e, noutros casos, em troca da promessa de que os novos vizinhos lhes iriam emprestar instrumentos necessários para a prática de agricultura. No entanto, queixam-se agora de que, nas poucas vezes em que a promessa de emprestar os instrumentos é cumprida, tal só acontece já no fim ou mesmo após a época de cultivo, pelo que tarde demais para fazer uma boa colheita.

A maioria destes casos de empréstimo de terra, simplesmente nunca tiveram retorno e pelo seu carácter pacífico, bem com pela sua situação socio-económica menos favorável, os San nunca puderam reaver as suas terras, resultando na situação actual, em que dispõem de cada vez menos terras, ao passo que os seus vizinhos, expandem progressivamente as suas lavras para dentro dos limites das terras San.

A agravar esta situação de precariedade em que vivem os San, pelas alterações ambientais que se têm registado na sua região, os frutos para recollecção são quase inexistentes e os animais de caça escasseiam cada vez mais. Por outro lado, é proibida a caça em grande parte das terras circundantes, pelo que se vêm obrigados a fazer caminhadas de vários dias, a fim de chegar a zonas onde haja animais e onde seja possível a actividade da caça.

Antigamente os San produziam e comercializavam muito mel. Hoje, com a redução das florestas diminuíram significativamente as suas possibilidades de praticar esta actividade típica dos seus antepassados. Por outro lado, nos casos em que há alguma produção, regista-se o mesmo problema de falta de capacidade para trazer os seus produtos ao mercado.

O acesso a recursos, como a água, é outra das grandes dificuldades enfrentadas pelas comunidades. Ouvimos relatos segundo os quais de lhes é vedado o acesso a muitas das fontes de água usadas pelos seus vizinhos, com recurso à violência por parte destes. A agravar esta situação, muitas vezes, quando os San cavam as suas cacimbas, os seus vizinhos usam essas cacimbas para todo o tipo de actividades que inutilizam a água. Levam os seus animais a beber, tomam banho e até deixam as suas fezes nas cacimbas dos San. Pelo seu carácter extremamente passivo e pela sua dependência económica face aos seus vizinhos, que são os seus únicos empregadores, ao depararem-se com situações deste género, os San não são capazes de tomar uma atitude que implique um confronto com os seus vizinhos, preferindo afastar-se e cavar outra cacimba onde possam ter acesso à água, até ao dia em que os vizinhos novamente decidam usar a sua cacimba para fins impróprios, tornando a água imprópria seja para agricultura, seja para consumo.

B.2 Recomendações

- ⇒ No que diz respeito à prática de agricultura e segurança alimentar, ficou claro que é necessária a distribuição e monitorização do uso de sementes, instrumentos e animais de forma a permitir a prática sustentável de agricultura e consequentemente melhorar a segurança alimentar dos San.
- ⇒ O Governo deve ajudar a delimitar terras originárias dos San, a fim de pôr termo à situação de progressiva ocupação das suas terras, por parte de populações vizinhas.
- ⇒ Sendo a produção de mel uma actividade que potencialmente contribuirá para uma situação de auto-sustentabilidade dos San, bem como para um aumento da sua segurança alimentar e redução da sua dependência em relação aos seus vizinhos, seria positivo o investimento nesta área, nas partes do país onde estacionam comunidades San e com potencial para a prática da apicultura.
- ⇒ No que diz respeito à proibição da caça, é necessário o apoio de organizações ambientais e de direitos humanos para possibilitar e mediar o diálogo dos San com o Governo, para que se encontrem formas de organização e protecção da vida animal, que sejam compatíveis com a prática regulada da caça nas florestas das regiões onde residem. Na equação das possíveis soluções para este problema não deve ser menosprezado o facto de pela prática ancestral da caça, os San conhecerem e saberem respeitar e até mesmo ajudarem a preservar o equilíbrio ambiental nas florestas e demais zonas de caça.

C. Serviços básicos, água potável, saúde e educação

C.1 Problemas identificados



Os problemas relativos ao acesso à água acima mencionados, são igualmente relevantes para este tema, acrescentando aqui as implicações da falta de acesso à água potável para a saúde da população San (visto que muitas vezes tem de partilhar as suas cacimbas com o gado dos seus vizinhos).

As aldeias San não dispõem de qualquer tipo de serviços de saúde. Por outro lado, o acesso aos serviços de saúde mais próximos é, na maior parte das vezes, impossibilitado pela falta de meio de transporte para os doentes e pela falta de meios económicos para fazer face aos custos de um tratamento ou internamento.

Quanto à educação, uma grande preocupação demonstrada por todos os participantes são vários os problemas que afligem os San. A grande maioria dos adultos nas comunidades San não domina a leitura ou escrita. O desejo destes San, para as futuras gerações San, é que se reverta este quadro de analfabetismo da população San, pelo que foi demonstrada uma grande vontade de enviar os seus filhos para a escola. No entanto, mesmo nas zonas onde existem escolas a uma distância acessível para as crianças, a verdade é que, por atitudes discriminatórias, muitas vezes é-lhes vedado o acesso à sala de aula pelos professores, ou até mesmo por outras crianças, pelo simples facto de serem San.

A agravar ainda mais esta situação há o facto de que a esmagadora maioria das crianças San não são registadas, pelo que não dispõem de cédula pessoal. As crianças sem cédula pessoal não são legalmente aceites na escola, a partir da terceira classe. De acordo com os pais San que já tentaram registar as suas crianças, o registo de uma criança custa 2.775,00 Kwanzas. No entanto, de acordo com os mesmos pais, uma família San dispõe no espaço de dois meses, de não mais do que 200 Kwanzas.

Por outro lado, as famílias não têm dinheiro para comprar material escolar para as suas crianças. Nem mesmo os pais das crianças que ainda são aceites na escola, por ainda não terem atingido a quarta classe, têm esta capacidade financeira. O resultado desta situação é que, mesmo as poucas crianças que neste momento frequentam a escola, fazem-no sem qualquer material escolar e sem vestuário adequado. Esta situação só vem piorar a discriminação de que as crianças San são vítimas.

C.2 Recomendações

- ⇒ Quanto ao problema da água, é necessário sensibilizar os vizinhos para respeitarem as cacimbas dos San. Podem certamente beber nas cacimbas cavadas pelos San, mas é inaceitável que defequem, tomem banho e coloquem os seus animais nas cacimbas dos San. Estas acções de educação social, devem igualmente ter os San como alvo, no sentido de desenvolver actividades que permitam elevar a sua auto-estima e dar-lhes a noção de que têm o direito de recusar o tratamento discriminatório dos seus vizinhos.
- ⇒ O Governo e outras instituições com capacidade para tal devem assistir aos San na abertura de poços que possam ser protegidos, de modo a preservar a água que vai ser consumida pelos San. Por outro lado, poder-se-á assim diminuir consideravelmente as distâncias que têm de ser percorridas pelas mulheres San para recolher água.
- ⇒ Na falta de condições de acesso aos meios convencionais de cuidados de saúde, deve-se apoiar a melhoria da prática de terapia tradicional.
- ⇒ No que diz respeito à educação, o Governo deve possibilitar o registo gratuito das crianças e tomar medidas que penalizem a discriminação das crianças San no acesso à escola.
- ⇒ Organizações como a OCADEC deveriam intermediar junto ao Governo, de modo a que este promova o registo gratuito de toda a população, para que todos possam exercer o seu direito de ter um documento de identificação, que é algo indispensável para o pleno exercício da cidadania.
- ⇒ ONGs e governo devem apoiar na construção de infra-estruturas (clínicas, escolas, etc.)

D. Habilidades, capacidades, conhecimentos, competências e acesso a recursos agrícola

D.1 Problemas identificados



Os homens San são ferreiros e carpinteiros. As mulheres produzem essencialmente quimbalas. A produção destes produtos é significativa. No entanto, enfrentam dificuldades na comercialização dos mesmos, uma vez que os preços e os termos de permuta são desvantajosos e impostos pelos compradores. Isso deve-se à sua fragilidade económica e à sua actual situação de luta pela sobrevivência, que reduz a sua margem de manobra nas negociações com o comprador. Por outro lado, os San desconhecem o preço de mercado dos produtos que produzem e desconhecem, de certa forma, formas de negociação.

Em regiões como o Kwando Kubango pratica-se bastante a actividade da farmacopeia e medicina tradicional, ensinada pelos antepassados dos San. A eficácia de alguns destes tratamentos foi provada

em estudos recentes. Na Huíla e no Kunene esta actividade está cada vez mais reduzida. No entanto, existem, por exemplo na zona do Quipungo (Huíla), algumas pessoas que curam a epilepsia com recurso a ervas tradicionais.

No que diz respeito à cultura, identidade e línguas San, a situação actual é de transição e de rápidas mudanças, em especial para os jovens San, que se vêm cada vez mais afastados dos aspectos culturais do seu povo. No entanto, a língua San é conhecida por todos, incluindo as crianças. De referir que os San demonstram grande facilidade para aprender outras línguas e por norma dominam as línguas dos seus vizinhos.

D.2 Recomendações

- ⇒ No que diz respeito aos produtos manufacturados pelos San, são necessários apoios para a melhoria da produção dos San e programas de educação para melhorar a sua capacidade negocial, bem como um melhor conhecimento da moeda angolana e do valor de mercado dos seus produtos. Outra grande necessidade é a de encontrar soluções de transporte dos seus produtos para os mercados, de modo a aumentar o número de potenciais compradores dos produtos manufacturados pelos San e assim aumentar também os seus rendimentos.
- ⇒ Quanto à necessidade de preservação e valorização da cultura San, foi recomendado que os membros mais velhos das comunidades, deverão continuar a ajudar e a incentivar as novas gerações a conhecerem e valorizarem a sua identidade cultural.

- ⇒ No que diz respeito a habilidades, como a prática de medicina tradicional, embora seja uma prática já bastante reduzida, pelo número, cada vez menor, de San que a dominam, o apoio a actividade deve ser feito, de modo a preservar os direitos de propriedade intelectual dos San, à semelhança do que já tem acontecido noutros países, em relação aos direitos de propriedade intelectual relativos à descoberta de efeitos medicinais de certas plantas.

E. Género – a questão da mulher e da criança

E.1 Problemas identificados

As mulheres San são vítimas de violações pelos seus vizinhos. Para além de estas violações ficarem impunes, mesmo perante as queixas das vítimas, muitas vezes resultam destas violações crianças que não são reconhecidas pelos pais Bantu. Perante esta situação, nem as autoridades, nem os responsáveis pelas aldeias do pai Bantu revelam qualquer atenção, pelo que nada fazem para ajudar as mulheres nesta situação, ou para parar este tipo de comportamento.

A agravar o efeito social destas violações nas comunidades San, há o facto de alguns homens San considerarem a hipótese de abandonarem as suas esposas que tenham sido violadas.

No que diz respeito ao exercício das suas tarefas domésticas, as mulheres San lamentam a falta de utensílios domésticos e revelam que dormem no chão com as suas crianças.

As mulheres San, lamentam o facto de muitas das suas crianças falecerem por falta de acesso a cuidados médicos, tratando-se de enfermidades que facilmente poderiam ser tratadas, caso tivessem a possibilidade de se dirigir a um posto médico. Uma mãe San, disse que, muitas vezes, quando os seus filhos estão doentes, só podem “ rezar e esperar que a doença passe”, porque não têm médico, não têm dinheiro para remédios e não têm como ir a um hospital. O mesmo acontece nos casos em que as mulheres passam por dificuldades durante o parto.

E.2 Recomendações

E.2.1 Relativamente ao abuso sexual de mulheres San

- ⇒ As mulheres devem evitar ao máximo andar sozinhas e à noite.
- ⇒ Perante a ocorrência de casos de violação deve-se chamar os responsáveis da aldeia do violador para responsabilizá-lo.
- ⇒ Deve haver líderes San com capacidade para enfrentar os líderes Bantu perante estas situações.
- ⇒ As autoridades devem interferir, punindo os violadores. As ONG devem ajudar a convencer as autoridades a intervir, perante as queixas das mulheres San a averiguar os casos reportados e a cumprir o seu papel, neste caso o de fazer justiça.

E.2.2 Relativamente às dificuldades materiais vividas pelas mulheres e crianças

- ⇒ Diversificar as fontes de trabalho, para melhorar as condições de vida e poder adquirir mais bens. Neste momento, as condições de trabalho a que se têm de submeter são muito duras e a compensação insuficiente. É necessário ajudar os San a desenvolver actividades que os possam resgatar da situação de dependência dos seus vizinhos. Desta forma, melhorará certamente a situação de abusos a que são submetidos, aumentará o seu poder de negociação de salários e, consequentemente, a sua auto-estima e capacidade de lutar pelos seus direitos. Terem terra, bois e charruas para poderem trabalhar na sua própria terra, é de extrema importância para atingir este fim.

Durante a Conferência foram apresentados também os seguintes temas:

POLÍTICAS, LEGISLAÇÃO E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS



- a) **Convenções Internacionais sobre os Povos Indígenas**, apresentado pela Edina Kozma, Representante do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola. Vede anexo V.
- b) **Políticas públicas e leis nacionais relativas às minorias étnicas de Angola**, apresentado pela Dr.^a Ana Maria de oliveira, Deputado do Parlamento angolano.

A antropóloga e Deputada, Ana Maria de Oliveira, na sua narração, afirma que os San são povos mais antigos em relação aos Bantu. Estes povos nómadas espalharam-se por vários países de África. Após a independência, eles foram também utilizados pelos exércitos sul-africano e Angola.

Os San hoje sofrem as consequências dessa guerra. Daí a importância da Conferência, por ter abordado diversos pontos atinentes à protecção e melhoria de vida destes povos. Disse ainda que a Lei Constitucional Angolana é o garante fundamental dos direitos de todos os angolanos.

EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DE PESQUISAS

c) Estudo de Caso “*Terra – Situação Jurídica e Social das comunidades San de Mutwe Ondjamba e Kakula*” – Maria Lopes. Vede Anexo V.

d) Estudo de caso sobre *Meios de Vida*, por Dr. Adriano. Vede anexo VI.

VOZES E VIVÊNCIAS DOS SAN

e) Vídeo “*Onde os Primeiros São os Últimos*”

f) *The San’s ongoing struggle for justice, dignity and control of our own destiny* – Baba Festus, Conselho San Sul-africano. Vede anexo VI.

g) **WIMSA: An introduction** – Mathambo Ngakaeaja. Vede anexo VII.



Dr. Lutero Campo, Director Provincial do MINADER.-Huila, fazendo a entrega do Título de Terra ao Líder San Piriquito Kambili.



Título de Concessão de Terra da comunidade San do Mupembati, comuna do hombo, kipungo

A conferência terminou com a entrega de um título de reconhecimento do Domínio Útil Consuetudinário ao Senhor Pirikito Kambili, líder da comunidade San do Mupembati. Comuna do Hombo, município de Quipungo.

2.4 Avaliação

A questão da língua e limitações impostas por esta na Conferência foi um dos pontos baixos, mas a equipa desenvolveu esforços que

envolveram uma tradução transversal em grupos pequenos durante a Conferência (!Kung – Português - Inglês; Português – !Kung – Inglês).

Apesar de o ponto anterior ser o mais baixo da Conferência, os conteúdos foram percebidos tal como confirmam os comentários do Manuel Tchombe, um representante San do Kainy, Kipungo, que disse que foram assuntos já tratados nos dois dias de pré-conferência e que todos que os participaram tinham o conhecimento dos mesmos.

III. DEPOIS DA CONFERÊNCIA: CAMINHO A PERCORRER

Representantes San presentes na Conferência recomendaram:

- a) Discussão sobre a criação de um Conselho San Angolano,
- b) Sejam reconhecidos líderes San ao nível municipal, provincial e nacional, para que fique assegurado que os problemas das comunidades San sejam efectivamente discutidos,
- c) Dada a falta de conhecimento sobre as estruturas governamentais e procedimentos, os representantes San recomendaram que líderes San recebam treinamento sobre as estruturas e funcionamento do Estado Angolano.

Outras recomendações feitas pelos conferencistas foram as seguintes:

- Dado o extremamente reduzido acesso à terra e o crescente número de conflitos sobre o uso da terra em alguns municípios, os representantes San recomendaram fortemente que, o Governo e ONGs intervenham para uma protecção dos direitos sobre a terra e para a emissão de títulos para as Comunidades San.
- Dado o frequente caso de conflitos com base na escassez de água na província do Kunene, os representantes desta província recomendaram que o Governo e ONGs sirvam de intermediários para a criação de condições para uma melhoria das relações com os seus vizinhos Bantu e o aumento das fontes de água disponíveis.
- Dados os altos níveis de discriminação no que diz respeito ao pagamento por serviços prestados, bem como ao acesso à escola e postos de saúde, os representantes San, recomendaram que o Governo e ONGs procedam à implementação de projectos, com vista à educação das populações Bantu, no que diz respeito a direitos humanos, contidos na Constituição Angolana, assim como à assistência nas negociações de condições de acesso à educação e à saúde.
- Dada a proximidade e dependência das comunidades San, em relação aos seus vizinhos Bantu, os representantes San recomendaram que todos os projectos de assistência sejam implementados de uma forma integrada, que beneficie de igual modo todos aqueles que necessitem, independentemente da sua etnia.
- Dada a extrema redução de reservas de caça e a proibição do direito à caça, os representantes San requerem que o Governo permita a actividade da caça em determinadas zonas e de acordo com regulamentação específica.
- Dada a crescente desintegração de elementos da cultura, identidade e língua San, os representantes decidiram encorajar os idosos a activamente ensinar os valores da cultura San aos mais jovens.

IV. ORÇAMENTO E RELATÓRIO FINANCEIRO

DECLARAÇÃO DE RENDA E DESPESA FINANCEIRA PARA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA NÃO AUDITORADO PARA O PERÍODO DEZEMBRO A JUNHO DE 2007

	Eur €	Usd \$	<u>Dez 06 – Jun 07</u> Total in Usd \$
RENDA:			
Renda de doações recebidas:			
-- OHCHR		20.000	20.000
-- IWGIA		10.000	10.000
-- Oxfam Novib	15.000	19.050	19.050
-- Trocaire Angola		5.000	12.250
-- Terre des Hommes	3.297	4.200	4.200
-- FAO-EU Angola		<u>2.300</u>	<u>2.300</u>
RENDIMENTO TOTAL		<u>60.550</u>	60.550
DESPESAS:			
Pessoal		13.450	13.450
Stationnery		3.771	3.771
Material de campo		642	642
Transporte terrestre, aéreo & visa		16.838	16.838
Fuel, Consumable & Spare tires		2.500	2.500
Hospedagem		11.550	11.550
Logística & Alimentação		9.409,72	9.409,72
Administração:			
-- Despesas Bancárias		395,51	395,51
-- Midia, publicidade & Reporting		2.000	2.000
-- Telefone/fax & internet		<u>149,10</u>	<u>149,10</u>
DESPESA TOTAL		<u>60.705,33</u>	60.705,33
Excesso de Renda/ (Deficit)		(-155,33)	(-155,33)

V. ANEXOS

Anexo I

Participantes da pré-Conferência, Centro Saletino de Formação e Espiritualidade, Mapunda, Lubango, Angola, de 24 a 25 de Abril de 2007			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Axel Thoma	South African San Council e facilitador p/ Conferência	axel.sasc@telekomsa.net	Africa do Sul
Maria José Lopes	Universidade de Leiden, Holanda e Faciltadora Conf	lopesmj@gmail.com	Holanda
Diana Vinding	IWGIA	Diana.vinding@mail.tle.dk	Dinamarca
Hessel Visser	Missionário Holandês em Botswana	Hesse-visser@sil.org	Botswana
Leonardo Gallico	FAO Angola no Huambo	lgallico@libero.it	Huambo
Baba Festus	!khwa Ttu San Culture and Education Center	baba@khwattu.org	Africa do Sul
Mathambo Ngakaeaja	WIMSA	wimsabots@info.bw	Botswana
H. Moses K. #Oma	Otjonjodjupa Regional Council		Namíbia
Bega Xhase	D'Kar Kuru Trust	juickc@botsnet.bw	Botswana
Costa Sauw	!Kung Traditional Councillor		Namíbia
Sara Zungu	!Kung Traditional Councillor		Namíbia
João Chisswatta	Ju/'hoansi Traditional Councillor		Namíbia
Trine Strøm Larsen	Namíbia Association of Norway - NAMAS	trine@iway.na	Namíbia
Nelson Garay Perez	Kuru Family of Organisations Letloa Trust	pngaray@botsnet.bw	Botswana
Alfredo Ndinolenga	Director Provincial da Educação		Kunene, Angola
Faustino Ndafahambo	Administrador Municipal do Kwanhama		Kunene, Angola
Faustino Vicente	Director Gabinete Governo Prov. do Kunene		Kunene, Angola
Pascoal Baptistiny	Programme Officer ACADIR	acadirsede@nexus.ao / pascoalbaptistiny@yahoo.com	Menongue, Angola

Anexo I

Participantes da pré-Conferência, Centro Saletino de Formação e Espiritualidade, Mapunda, Lubango, Angola, de 24 a 25 de Abril de 2007			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Inácio Zacarias	Assessor SNV	izacarias@snvworld.org	Benguela, Angola
Odilio Fernandes	Oficial nacional de Programa FAO	Odilio.fernandes@fao.org	Luanda, Angola
Joaquim Lazaro	Consultor Nacional FAO	joaquimlazaro@yahoo.com.br	Luanda, Angola
Cláudia Antonelli	Consultora FAO	antonell Claudia@yahoo.fr	Luanda, Angola
Lourdes Salgado	Oficial de Programa TROCAIRE	trocproj@netangola.com	Luanda, Angola
Michael Comerford	Representante TROCAIRE	mcomerford@trocaire.ie	Luanda, Angola
Edina Kozma	De Direitos Humanos OHCHR Angola	ekozma@ohchr.org	Luanda, Angola
Doreen Bailey	Diplomata Embaixada dos Estados Unidos de América	baileydp@state.gov	Luanda, Angola
Ana Maria de Oliveira	Antropóloga e Deputada da Assembleia Nacional	Nakusala.nakusala@netangola.com	Luanda, Angola
Esmael Celestino Venâncio	Estagiário ADESPOV	calvenncio@yahoo.com.br	Lubango, Angola
Ana Rosaria da Cunha	Estagiária ADESPOV		Lubango, Angola
Fernando José Calunga	Estgiário OCADEC	Calunga4@yahoo.com.br	Lubango, Angola
Augusto Chihinga	Community Monitor ACADIR	acadirsede@nexus.ao	
Ndjai Arudingo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Kaluto Houpindji	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Makala Mucongo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Kashinowa Naufila	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Naukalemo Houpindji	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola

Anexo I

Participantes da pré-Conferência, Centro Saletino de Formação e Espiritualidade, Mapunda, Lubango, Angola, de 24 a 25 de Abril de 2007			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Nehova Ampolo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Luzia Haupingue	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Nepembe Ndanekwa	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Hangula Shimanda	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Haufico Nakale	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Hausiku Francisco Pedro	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Haipanda Mateus	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Kaundu Kapanda	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Kavila Litikinga Domingos	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Messe Panda	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Savihemba Marcos	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Tyikuwa Victorino	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Nelson Mesquita	ACADIR	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Sangue Tchiteta	Representante San da Chibia, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tchiquena Tchapinga	Representante San da Chibia, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tita Maria	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Maria Luísa Sebastião	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Manuel Tchombe	Representante San do Sendi, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola

Anexo I

Participantes da pré-Conferência, Centro Saletino de Formação e Espiritualidade, Mapunda, Lubango, Angola, de 24 a 25 de Abril de 2007			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Piriquito Kambili	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Zeferino C. Piriquito	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
António Firmino	Representante San do Mukuiu, Lubango, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Armando Muleka	Representante San do Kapeque, Lubango, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Pacheco Miranda	Representante San do Tsholo, Kakula, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Chapi Tchilupu	Representante San do Tsholo, Kakula, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tchakussuka Kafivela	Representante San da Mutwe-Ondjamba, Chibia	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Alípio Jorge de Oliveira	Representante do CFPLA	fos@netangola.com	Lubango, Angola
Guilherme Santos	SNV Angola	gsantos@snvworld.org	Lubango, Angola
Pedro Taleingue	SNV Angola	taleingue@snvworld.org / taleingue@yahoo.com	Lubango, Angola
Jenny Evaristo	SNV Angola		Lubango, Angola
Marcelino Ngula Mussanhe	Convidado		Lubango, Angola
Gaspar Daniel	Administrador OCADEC	ocadec.angola@gmail.com / gldanielao@yahoo.com	Lubango, Angola
Benedito Quessongo	Secretário Executivo OCADEC	ocadec.angola@gmail.com / gldanielao@yahoo.com	Lubango, Angola
Richard Pakleppa	Consultor WIMSA, facilitador a Conferência	richardpakleppa@dsl.pipex.com	Inglaterra, Londres

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Axel Thoma	South African San Council e facilitador p/ Conferência	axel.sasc@telekomsa.net	África do Sul
Maria José Lopes	Universidade de Leiden, Holanda, facilitadora Conf	lopesmj@gmail.com	Holanda
Diana Vinding	IWGIA	Diana.vinding@mail.tle.dk	Dinamarca
Hessel Visser	Missionário Holandês em Botswana	Hesse-visser@sil.org	Botswana
Leonardo Gallico	FAO Angola no Huambo	lgallico@libero.it	Huambo
Baba Festus	!khwa Ttu San Culture and Education Center	baba@khwattu.org	Africa do Sul
Mathambo Ngakaeaja	WIMSA	wimsabots@info.bw	Botswana
H. Moses K. #Oma	Otjonjodjupa Regional Council		Namíbia
Bega Xhase	D'Kar Kuru Trust	juickc@botsnet.bw	Botswana
Costa Sauw	!Kung Traditional Councillor		Namíbia
Sara Zungu	!Kung Traditional Councillor		Namíbia
João Chisswatta	Ju/'hoansi Traditional Councillor		Namíbia
Trine Strøm Larsen	Namíbia Association of Norway - NAMAS	trine@iway.na	Namíbia
Nelson Garay Perez	Kuru Family of Organ. Letloa Trust	pngaray@botsnet.bw	Botswana
Alfredo Ndinolenga	Director Provincial da Educação		Kunene, Angola
Faustino Ndafahambo	Administrador Municipal Kwanhama		Kunene, Angola
Faustino Vicente	Director Gabinete Governo Prov. do Kunene		Kunene, Angola
Pascoal Baptistiny	Programme Officer ACADIR	acadirsede@nexus.ao / pascoalbaptistiny@yahoo.com	Menongue, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Inácio Zacarias	Assessor SNV	izacarias@snvworld.org	Benguela, Angola
Odilio Fernandes	Oficial nacional de Programa FAO	Odilio.fernandes@fao.org	Luanda, Angola
Joaquim Lazaro	Consultor Nacional FAO	joaquimlazar@yahoo.com.br	Luanda, Angola
Cláudia Antonelli	Consultora FAO	antonellclaudia@yahoo.fr	Luanda, Angola
Lourdes Salgado	Oficial de Programa TROCAIRE	trocproj@netangola.com	Luanda, Angola
Michael Comerford	Representante TROCAIRE	mcomerford@trocaire.ie	Luanda, Angola
Edina Kozma	De Direitos Humanos OHCHR Angola	ekozma@ohchr.org	Luanda, Angola
Doreen Bailey	Diplomata Embaixada dos Estados Unidos de América	baileydp@state.gov	Luanda, Angola
Dimitri Vogelaan	Diplomata Embaixada da Holanda		Luanda, Angola
Ana Maria de Oliveira	Antropóloga e Deputada da Assembleia Nacional	Nakusala.nakusala@netangola.com	Luanda, Angola
Esmael Celestino Venâncio	Estagiário ADESPOV	calvenncio@yahoo.com.br	Lubango, Angola
Ana Rosaria da Cunha	Estagiária ADESPOV		Lubango, Angola
Fernando José Calunga	Estgiário OCADEC	Calunga4@yahoo.com.br	Lubango, Angola
Augusto Chihinga	Community Monitor ACADIR	acadirsede@nexus.ao	
Ndjai Arundingo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Kaluto Houppindji	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Makala Mucongo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Kashinowa Naufila	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Naukalemo Houpindji	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Nehova Ampolo	Representante San da Cafima, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Luzia Haupingue	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Nepembe Ndanekwa	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Hangula Shimanda	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Haufico Nakale	Representante San do Ionde, Kwanhama	Ocadec.angola@gmail.com	Kunene, Angola
Hausiku Francisco Pedro	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Haipanda Mateus	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Kaundu Kapanda	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Kavila Litikinga Domingos	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Messe Panda	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Savihembra Marcos	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Tyikuwa Victorino	Representante San, Kuando kubango	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Nelson Mesquita	ACADIR	acadirsede@nexus.ao	Kuando, Kubango Angola
Sangue Tchiteta	Representante San da Chibia, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tchiquena Tchapinga	Representante San da Chibia, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tita Maria	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tita Maria	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Maria Luísa Sebastião	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Manuel Tchombe	Representante San do Sendi, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Piriquito Kambili	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Zeferino C. Piriquito	Representante San do Hombo, Kipungo, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
António Firmino	Representante San do Mukuiu, Lubango, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Armando Muleka	Representante San do Kapeque, Lubango, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Pacheco Miranda	Representante San do Tsholo, Kakula, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Chapi Tchilupu	Representante San do Tsholo, Kakula, Huíla	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Tchakussuka Kafivela	Representante San da Mutwe-Ondjamba, Chibia	ocadec.angola@gmail.com	Huíla, Angola
Alípio Jorge de Oliveira	Representante do CFPLA	fos@netangola.com	Lubango, Angola
Guilherme Santos	SNV Angola	gsantos@snvworld.org	Lubango, Angola
Pedro Taleingue	SNV Angola	taleingue@snvworld.org / taleingue@yahoo.com	Lubango, Angola
Jenny Evaristo	SNV Angola		Lubango, Angola
Marcelino Ngula Mussanhe	Convidado		Lubango, Angola
Gaspar Daniel	Administrador OCADEC	ocadec.angola@gmail.com / gldanielao@yahoo.com	Lubango, Angola
Benedito Quessongo	Secretário Executivo OCADEC	ocadec.angola@gmail.com / gldanielao@yahoo.com	Lubango, Angola
Richard Pakleppa	Consultor, facilitador a Conferência	richardpakleppa@dsl.pipex.com	Inglaterra, Londres
Massimiliano Bellini	FAO		Itália

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Mariana Bichieri	Representante da FAO Huíla		Lubango, Angola
Vasco Catalã	FAO/Huíla		Lubango, Angola
Agnelo Carrasco	Professor Universitário		Lubango, Angola
Sisa D. P. Ncwana	Diplomata, Embaixada de Africa do Sul		Luanda, Angola
Freitas Maino	COPOLUA		Lubango, Angola
Cristina Evaristo	Ministério da Família e Promoção a Mulher		Lubango, Angola
Paulo Hélio Mendes	UN Escritório do Coordenador Residente		Lubango, Angola
Joel Leandro	Comissão Provincial Eleitoral da Huíla		Lubango, Angola
Arlindo Barbeitos	Universidade Católica de Angola		Luanda, Angola
Manuela do R. dos Santos	Convidada		Lubango, Angola
Diaki Dia Tuvu	Conividado		Lubango, Angola
Rosa de Lima	Directora da ADRA-Antena Huíla		Lubango, Angola
Abreu Capitão Bernardo	PDP – ANA		Lubango, Angola
Joaquim L. R. Niuuma	FAO, Benguela		Benguela, Angola
Pais Raquel	ADCP Huíla		Lubango, Angola
Manuel Kamuenho Alberto	PRD Huíla		Lubango, Angola
Catarina Manuel	Ministério da Família e Promoção da Mulher		Lubango, Angola
Maria da Conceição Raimundo	Ministério de Assistência e Reinserção Social		Lubango, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Benjamim Chindombe	ADESPOV Huíla		Lubango, Angola
Paulo Cavela	Ministério de Assistência e Reinserção Social		Lubango, Angola
Fernando Sanguave	AJAFDA Huíla		Lubango, Angola
Rebiyrotte Benedicte	Médicos do Mundo, Lobito, Benguela	bene_rebeyrotte@hotmail.com	Lobito, Angola
Mariana Torre	Médicos do Mundo, Lobito, Benguela	nanabtorre@hotmail.com	Lobito, Angola
Hermenegildo Damião	Igreja Metodista Unida	lugildo@yahoo.com	Lubango, Angola
Hélder João	Direcção Provincial de Educação		Lubango, Angola
Adriano Gomes	SNV Angola		Lubango, Angola
Lázaro Yntya Cambinda	Ministério da Assistência e Reinserção Social na Huíla		Lubango, Angola
Américo Kwnononoka	Museu Nacional de Antropologia, Luanda	americokwononoka@hotmail.com	Luanda, Angola
Aristides Paiva Monteiro	CNR/ Huíla		Lubango, Angola
Félix J. Mulhanga	Terre des Hommes – Alemanha		Moçambique
Connie Brathwaite	Terre des Hommes – Alemanha, Angola		Luanda, Angola
Avelino Tyiteta	ACORD/Huíla		Lubango, Angola
Domingos K. Bartolomeu	Igreja Católica – Lage		Lubango, Angola
Daniel Navalha	Cruz Verde de Angola		Lubango, Angola
Maria João Francisco Chipalavela	Professora Universitária		Lubango, Angola
Francisco Manjolo	Vice-Governador p/ EES Produtiva do K. Kubango		Menongue, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Francisco Manuel Mateus	Director Provincial do MINADER K. Kubango		Menongue, Angola
Nsungu M. Peno	Director Provincial do Min. Assist Reins Social Menongue		Menongue, Angola
Ilda da C. P. Chilanda	Ministério da Família e Promoção da Mulher Huíla		Lubango, Angola
Frederico José Lourenço	Igreja Evangélica Congregacional de Angola		Lubango, Angola
Fernandes F. Viúme	Instituto Nacional para o Ensino especial, Luanda		Luanda, Angola
Dumbo Tchiloia	Polícia Nacional		Lubango, Angola
Pedro Tomás	Direcção Provincial da Saúde		Lubango, Angola
Lutero Campos	Director Provincial de Agricultura e Desenv Rural		Lubango, Angola
António Didalelua	Centro Universitário da Huíla		Lubango, Angola
Custódio Satiaca	ZOA Refugee Care		Lubango, Angola
Evert Ju Pirleck	ZOA Refugee Care		Lubango, Angola
Ana Paula Inês	Directora Provincial de Educação C C e Tecnologia		Lubango, Angola
Alfredo Berner	MPLA Huíla		Lubango, Angola
José Miúdo Ndambuca	MPLA Huíla		Lubango, Angola
Domingos Pedro Augusto	Director Provincial da UTCAH		Lubango, Angola
Jon Gabriel Schubert	Universidade de Basel Suíça	Johnnes.schubert@stud.uinbes.ch	Suíça
Fernanda M. R. Gomes	ENDA Huíla		Lubango, Angola
António Ndafimana	ISCED Lubango		Lubango, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
José Filipe	GADC Huíla	gadc001@yahoo.com.br	Lubango, Angola
Antunes Rafael K. Pinto	ISCED Lubango		Lubango, Angola
Nazareth António Zangui	CCF Huíla		Lubango, Angola
Paulino Soma Adriano	ACORD Huíla		Lubango, Angola
César João André	SAMARITAN'S PURSE Angola		Lubango, Angola
Pedro Calei	Paroquia de São José (Igreja Católica)		Lubango, Angola
Benjamim Z. Kanuku	UNITA Huíla		Lubango, Angola
José Neto	Presidente da ACADIR	josenetotwr@netangola.com	Luanda, Angola
Hélder Pedro Alicerces Bahu	ISCED Lubango	helderbahu@hotmail.com	Lubango, Angola
Cleber T. André Miguel	ADCP Huíla		Lubango, Angola
Mariana Soma	Consortio Terras		Lubango, Angola
Delfina Ernesto	ADCP Huíla		Lubango, Angola
Otto Jacinto	SNV Angola		Lubango, Angola
Idalinda Rodrigues	REDE MULHER		Lubango, Angola
Fernando Nandalo	Ministério de Assistência e Reinserção Social Huíla		Lubango, Angola
Luís Rodrigues Pital	Associação e Táxis		Lubango, Angola
JoaquimBarbante Tyova	Delegação Provincial da Justiça na Huíla		Lubango, Angola
Júlio Daniel	ADESPOV Huíla		Lubango, Angola

Anexo II

Participantes da Conferência 26 de Abril de 2007, Auditório da Rádio Huíla, Lubango, Angola,			
Projecto: PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA		Data: DE 24 A 25 DE ABRIL 2007	
Organizador: OCADEC – ORGANIZAÇÃO CRISTÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
Nome	Organização/Instituição	Contacto tel/e-mail	Proveniência
Marcolino Tavares	ADLK		Lubango, Angola
Rafael Quirino	Direcção Provincial de Agricultura e Desenv Rural		Lubango, Angola
Domingos Francisco	Convidado		Lubango, Angola
Pe Abraão Tyipa	ARCEBISPADO do Lubango		Lubango, Angola
Mark os Gomes Jurdis	MDA		Lubango, Angola
Gertrudes Domingos	IDA Huíla		Lubango, Angola
Severiano M. B. Chompolola	Acção Contra Fome		Lubango, Angola
Emiliano A. Sykonekeny	CGSILA Huíla		Lubango, Angola

Anexo III

EM REPRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR PROVINCIAL DA HUÍLA,
DELEGADO DA JUSTIÇA NA HUÍLA,
DIONÍSIO EMÍLIO EPALANGA



República de Angola
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
(Gabinete do Delegado)

DISCURSO DE ABERTURA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN DE ANGOLA

Minhas Senhoras
Meus Senhores

ANTES DE TUDO DESEJAR BOAS VINDAS A PROVÍNCIA DA HUÍLA, BOA ESTADIA E QUE DESFRUTEM DO BOM E DO MELHOR QUE ESTA BELA CIDADE DO LUBANGO VOS OFERECER. TEMOS BELEZAS NATURAIS E UMA GAMA HOTELEIRA QUE JÁ SE ENQUADRA NOS PADRÕES MUNDIAIS DE TURISMO E HOTELARIA.

PERMITAM-ME EM NOME DE SUA EXCELCÊNCIA FRANCISCO JOSÉ RAMOS DA CRUZ, GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, AGRADECER A VOSSA PRESENÇA NESTE FORUM E LOUVAR MAIS UMA VEZ A INICIATIVA DA OCADEC EM PARCERIA COM A SNV, COMITÉ PROVINCIAL DOS DIREITOS HUMANOS, WIMSA E SEUS PARCEIROS SOCIAIS, DE PROMOVER E REALIZAR ESTA IMPORTANTÍSSIMA ACTIVIDADE.

DEPOIS DA FASE DE EMERGÊNCIA HOJE ESTAMOS NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DOS NOSSOS POVOS. E ISSO EXIGE DE TODOS NÓS UMA PERMANENTE REFLEXÃO E CONCERTAÇÃO DE IDEIAS PARA ACÇÕES MAIS ADEQUADAS DE ATENDIMENTO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DA NOSSA POPULAÇÃO, COMO ESTA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA COMUNIDADE SAN NO SUL DE ANGOLA, QUE ABARCA AS PROVÍNCIAS DO KUNENE, KUANDO KUBANGO E HUÍLA.

A ESCOLHA DA REALIZAÇÃO DESTE EVENTO NA NOSSA PROVÍNCIA NA SUA CAPITAL, CIDADE DO LUBANGO, É BEM VINDA AO GOVERNO DA PROVÍNCIA, AQUI REPRESENTADO PELOS DISTINTO MEMBROS, PELO QUE AUGURAMOS MAIS INICIATIVAS DO GÉNERO, PARA BEM DAS FRANJAS DA POPULAÇÃO MAIS DESFAVORECIDAS COMO É O CASO DO GRUPO MINOFRITÁRIO SAN.

OS OBJECTIVOS DESTE FÓRUM APONTAM PARA UMA NECESSIDADE DE TROCAS DE EXPERIÊNCIA E DE IDEIAS ENTRE OS SAN DE ANGOLA E DOS OUTROS PAÍSES VIZINHOS, DE MODO A DAR A CONHECER A VIVÊNCIA, A CULTURA E HISTÓRIA DE UM POVO QUE É POR SINAL UM DOS PRIMEIROS HABITANTES DESTA REGIÃO SUL DO NOSSO PAÍS EM PARTICULAR E DA ÁFRICA DE UMA MANEIRA GERAL, BEM COMO SENSIBILIZAR AS AUTORIDADES DO ESTADO, DO GOVERNO, DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO PARA OS PROBLEMAS ESPECÍFICOS DAS COMUNIDADES SAN DE ANGOLA E DAS OUTRAS MINORIAS ÉTNICAS DO NOSSO PAÍS.

EXCELÊNCIAS
CAROS PARTICIPANTES
MEUS SENHORES
MINHAS SENHORAS

PERMITAM-ME DIZER QUE O PAÍS, COMO SABEIS, FICOU MUITO TEMPO MERGULHADO NUM CONFLITO ARMADO QUE TERMINOU DE FORMA DEFINITIVA EM 2002, E DE IMEDIATO O GOVERNO DA HUÍLA, PREOCUPADO COM O ESTADO DA COMUNIDADE SAN, CRIOU UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA ACUDIR OS PROBLEMAS DA FOME E DA MISÉRIA EM QUE ESTAVA VOLTADO ESTE POVO SAN, QUE NA NOSSA PROVÍNCIA ESTÁ LOCALIZADO, NOS MUNICÍPIOS DO LUBANGO, KAKULA, CHIBIA E KIPUNGO.

ESTE GESTO MOSTRA CLARAMENTE QUE O NOSSO GOVERNO ESTEVE SEMPRE PREOCUPADO COM AS CONDIÇÕES SOCIAIS DAS CAMADAS VULNERÁVEIS, SOBRETUDO AS MINORIAS ÉTNICAS, DAI QUE AO LONGO DESTES ANOS FORAM IMPLEMENTADOS PROGRAMAS DE REINTEGRAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS, SOBRETUDO AS VITIMAS DO CONFLITO E MINORIAS ÉTNICAS, PARTICULARMENTE OS SAN.

EXCELÊNCIAS
CAROS PARTICIPANTES
ESTIMADOS CONVIDADOS

O ESTADO DE RAZÃO DE SER DOS SAN, JUSTIFICA-SE PELO PROCESSO HISTÓRICO, QUE MENTALIZOU NAS PESSOAS, PARA UMA TENDÊNCIA SOCIAL DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO, OU DE AUTO EXCLUSÃO DESTA COMUNIDADE.

DURANTE MUITOS ANOS, OS SAN, ENVEREDARAM, FRUTO DOS SEUS HÁBITOS E COSTUMES A UM MODELO DE VIDA NÓMADA, O QUE NÃO LHE PERMITIU TER POSSE DE TERRAS, NEM BENS PRÓPRIOS DE UMA POPULAÇÃO, CUJA MANEIRA DE VIVER TEM COMO FUNDAMENTO A PRODUÇÃO, DAI QUE OS MODOS DE SOBREVIVÊNCIA TORNARAM-SE CADA VEZ MAIS DIFICEIS, MAS HOJE OS ESFORÇOS DO GOVERNO E DE ONG's TEM SIDO NA PERMANENTE LUTA DE ALTERAÇÃO DO SEU MODO DE VIDA.

O GOVERNO DA HUÍLA ENTENDE QUE OS SAN NÃO PODEM SER VISTOS COMO UMA COMUNIDADE A PARTE DA MAIORIA DOS ANGOLANOS. ELES REPRESENTAM UMA ÉTNIA ESPECÍFICA DO SUL DE ANGOLA, COMO OS OUTROS POVOS, A SEMELHANÇA DOS NHANEKAS, UMBUNDU, NGANGUELA E TANTOS OUTROS, APESAR DE QUE O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE TODOS OS POVOS ANGOLANOS VIVERAM OBRIGOU-OS A TER NECESSIDADES PARTICULARES, QUE PARA OS SAN FICOU AGRAVADO COM O MODO DE VIDA DE NOMADISMO, QUE É UM FACTOR CULTURAL DESTA COMUNIDADE.

POR ISSO, O GOVERNO TEM VINDO A DESENVOLVER UM TRABALHO CONCERTADO PARA UMA MELHOR REINTEGRAÇÃO DOS POVOS SAN, QUE INCIDE SOBRETUDO NA MELHORIA DAS CONDIÇÕES ALIMENTARES, HABITAÇÃO E ALTERAÇÕES DOS MODOS DE VIDA, PARA AS FORMAS MAIS SEGURAS DE DESENVOLVIMENTO, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CRIAÇÃO DE GADO, COMÉRCIO E ESCOLARIZAÇÃO, NÃO DE FORMA ISOLADA.

O DESENVOLVIMENTO É UM PROCESSO INTEGRADO E QUE NÃO PODE SER EXCLUSIVO PARA APENAS UM GRUPO E MARGINALIZANDO OUTROS. LOGO, OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO LEVADOS A CABO PELO GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, SOBRETUDO A CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS E HOSPITAIS, POSTOS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA, A REABILITAÇÃO DE ESTRADAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS BENEFICIAM TODOS OS HABITANTES DA HUÍLA, INCLUINDO OS PRÓPRIOS SAN.

O GOVERNO RECONHECE QUE MUITO ESFORÇO DEVE SER FEITO NO SENTIDO DE SE MELHORAR CADA VEZ MAIS A VIDA DA POPULAÇÃO HUÍLANA, E QUE UMA ESPECIAL ATENÇÃO DEVE SER DADA AOS GRUPOS MINORITÁRIOS, COMO OS SAN, KUISSES, VATÚAS E OUTROS, MEDIANTE IDENTIFICAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS MAIS CONSENTÂNEAS DE ATENDIMENTO AOS GRUPOS VULNERÁVEIS, SOBRETUDO NO CAPÍTULO DE LEGISLAÇÃO, ADOPTANDO MEDIDAS MAIS CONCRETAS DE APLICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS CONSTANTES NA CONVENÇÃO SOBRE MINORIAS ÉTNICAS, E TAMBÉM NO DOMÍNIO DA PLANIFICAÇÃO, DEVERÁ INCENTIVAR-SE PROGRAMAS ESPECÍFICOS MAIS DIRECCIONADOS A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA DAS MINORIAS, DE MODO A QUE SE ATINJA A EQUIDADE ENTRE OS DIFERENTES POVOS DA HUÍLA. HÁ QUE UNIFORMIZAR OS MODOS DE VIDA ENTRE OS POVOS ANGOLANOS, ENQUADRANDO-OS NOS PADRÕES UNIVERSAIS DE SOBREVIVÊNCIA HUMANA.

CAROS PARTICIPANTES
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES

A NOSSA LEI CONSTITUCIONAL CONSAGRA NO SEU ARTIGO 20º A GARANTIA DE DIREITOS IGUAIS ENTRE OS ANGOLANOS E DIZ, “O ESTADO RESPEITA E PROTEGE A PESSOA E A DIGNIDADE HUMANA. TODO O CIDADÃO TEM DIREITO AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA SUA PERSONALIDADE, DENTRO DO RESPEITO DEVIDO AOS DIREITOS DOS OUTROS CIDADÃO E DOS SUPERIORES INTERESSES DA NAÇÃO ANGOLANA. A LEI PROTEGE A VIDA, A LIBERDADE, A INTEGRIDADE PESSOAL, O BOM NOME E REPUTAÇÃO DE CADA CIDADÃO”. FIM DE CITAÇÃO.

É ISTO QUE O GOVERNO DA HUÍLA TEM ESTADO A FAZER, LUTAR PARA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CADA CIDADÃO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, ATRÁVES DE PROGRAMAS QUE AJUDEM O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DA SOCIEDADE, NOS DOMÍNIOS DA AGRICULTURA, SAÚDE, EDUCAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA E NA NORMALIZAÇÃO POLÍTICA DA NOSSA SOCIEDADE.

HÁ QUE ARREGAÇARMOS AS MANGAS, NO SENTIDO DE CONSTRUÍRMOS UMA SOCIEDADE CADA VEZ MELHOR, MAIS JUSTA PARA TODOS. O DESAFIO ESTÁ LANÇADO, AS ONG E OUTROS ACTORES SOCIAIS SÃO CHAMADOS A CUMPRIR COM O SEU DEVER, SOBRETUDO NA IDENTIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA, DE MODO QUE RAPIDAMENTE SE REDUZAM OS ÍNDICES DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE SAN E DE OUTRAS MINORIAS DO SUL DE ANGOLA.

UM PROGRAMA ESPECÍFICO DE REGISTO ESPECIAL DE NASCIMENTO E CONSEQUENTEMENTE ATRIBUIÇÃO DE BILHETES DE IDENTIDADE, ATRAVÉS DO SECTOR COMPETENTE DO GOVERNO SERÁ IMPLEMENTADO, PARA QUE OS SAN VENHAM A GOZAR LIVREMENTE DOS SEUS DIREITOS DE CIDADÃOS. UMA OUTRA ATENÇÃO ESPECIAL SERÁ DADA AO REGISTO ELEITORAL ESPECÍFICO PARA ESTA COMUNIDADE, DE MODO QUE POSSAMOS TODOS JUNTOS EXERCER OS NOSSOS DIREITOS DE VOTO, NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES PREVISTAS PARA 2008 E 2009, RESPECTIVAMENTE LEGISLATIVAS E PRESIDÊNCIAS.

CAROS PARTICIPANTES
MEUS SENHORES
MINHAS SENHORAS

É NECESSÁRIO UM ESFORÇO DE TODOS PARA QUE A COMUNIDADE SAN ATINJA OS PADRÕES DE SOBREVIVÊNCIA HUMANA CONCEBIDOS UNIVERSALMENTE, DAI QUE O APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL É TAMBÉM FUNDAMENTAL, SOBRETUDO, NA TROCA DE EXPERIÊNCIAS, APOIO TÉCNICO, METODOLOGICO E FINANCEIRO, PARA QUE RAPIDAMENTE COM EFICÁCIA SE IMPLEMENTE OS PROGRAMAS DO GOVERNO, DAS ONG E DE OUTROS ACTORES SOCIAIS. UNAMOS-NOS NUM ESFORÇO COMUM EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DOS NOSSOS POVOS, PARA QUE RAPIDAMENTE SE ERRADIQUE A FOME E A MISÉRIA, O ANALFABETISMO E AS DOENÇAS ENDÉMICAS, PORQUE SÓ ASSIM ALCANÇAREMOS O PROGRESSO E O BEM ESTAR DAS COMUNIDADES.

COM ESTAS PALAVRAS DECLARO ABERTA A 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA COMUNIDADE SAN EM ANGOLA.

MUITO OBRIGADO!

Anexo IV

DISCURSO DE ABERTURA DA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DOS SAN
PROFERIDO PELO

Dr. VIGILIO ADRIANO TYOVA
ADMINISTRADOR MUNICIPAL DO LUBANGO

Dr. VIGILIO ADRIANO TYOVA
ADMINISTRADOR MUNICIPAL DO LUBANGO

“Os teus filhos também são os nossos filhos e os nossos filhos também não podem ser teus escravos. Se a cobra os vier comer, tu a enxotarás. Deus fez-nos a ambos, não podemos comer o nosso próprio sangue².” *

Escolhi este extracto como abertura da minha mensagem para apelar a importância da reciprocidade e da solidariedade – sentimentos e práticas genuinamente africanas – como lema e desiderato desta Conferência e fora dela.

De facto, só no dar e receber nos completamos, como seres humanos e seres sociais.

O que aqui nos congrega é uma causa comum, universal, sem deixar de ser angolana.

Circunstâncias históricas reduziram os nossos irmãos San a uma minoria étnica marginalizada. De primeiros que foram, são hoje os últimos na escala da ascensão social.

A “Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas” obriga os Estados a protegerem a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística das minorias, dentro dos seus territórios respectivos e a fomentarem as condições para a promoção dessa identidade.

Angola, independente e membro das Nações Unidas, não se tem eximido dessa obrigação e entre acções já desenvolvidas em prol da causa San, refiro a realização, hoje e aqui, deste fórum e a presença de tantas e tão ilustres personalidades, com uma referência especial e agradecida aos forasteiros e aos representantes das comunidades San, que nos dignificam com a sua presença e a escolha da nossa cidade – Lubango – para a realização deste encontro inédito e notável, que congrega inteligência, lúcidas e esclarecidas, ideias e boas-vontades pela mesma e nobre causa: a promoção e a preservação da comunidade San. Não há como virar as costas às causas nobres, sob pena de incorreremos no implacável juízo da história, que pode tardar, mas não falta.

Sei que estão presentes Delegados das províncias vizinhas do Namíbe, do Cunene e do Cuando-Cubango e representantes de países vizinhos da África do Sul, da Namíbia e do Botswana. Por isso, perdoe-me os da terra que a eles dirija a minha primeira e hospitaleira saudação e os votos de uma tão agradável quão proveitosa estadia no Lubango. Para nós é sempre uma alegria e um prazer poder receber-vos. Sei também que entre vós há representantes de diversas organizações não governamentais nacionais e estrangeiras vocacionadas para o assunto que nos traz hoje aqui, nomeadamente Trocaire Angola, FAO, SNV, Terre des Hommes, e IWGIA, Oxfam Novib e WIMSA, à todos igualmente saúdo e desejo uma boa estadia e proveitosa jornada de reflexão.

Os San, no que a Angola diz respeito, não obstante serem os mais antigos habitantes deste território e segundo dizem os próprios San **“não vieram, sempre estiveram”**, vivem hoje confinados a algumas pequenas zonas do sul do nosso País. Vivendo, inicialmente,

² GUERREIRO, Manuel Viegas in “As formigas Quissonde ou Bochimanes de Angola, 1968”.

dispersos pelos vastos espaços de entre Cunene e Cubando, em meados do século 18 ainda os San se moviam livremente numa vasta área sertaneja.

Mas o tempo das provações chegaria: de recuo, em recuo foram sendo sucessivamente empurrados, primeiro pela azagaia dos invasores bantus, depois pelas balas dos ocupantes brancos. Podemos afirmar, com Manuel Viegas Guerreiro, que os San “ocupam hoje a terra que outros desprezam ou ainda não cobiçaram”.

A primeira notícia escrita comprovada a seu respeito, data de 1799, a que se seguiram outras por todo o século XIX e XX. Nos anos imediatos a independência, uma muralha de silêncio se ergueu sobre os San, salvo lacónicas e restritas referências que os iam dando como pisteiros ao serviço dos exércitos contendores, habilidade anteriormente também explorada pelo exército colonial português.

Em 2002, um alerta lançado pelo Comité Provincial dos Direitos Humanos da Huíla, então uma estrutura bem erguida e dinâmica, agitou o Governo e Sociedade Civil e durante algum tempo os San voltaram a actualidade. Depois, e de novo, se teceu o véu de silêncio e eles foram sendo, uma vez mais, relegados ao quase-esquecimento.

Hoje esta Conferência poderá acordar as consciências adormecidas e revitalizar as vontades abrandadas em prol de acções positivas e concretas. Seja este o nosso desiderato comum.

No mesmo ano de 2002, um relatório do Comité Provincial de Direitos Humanos da Huíla (relatório de visita às Comunidades San de Cacula, Lubango e Quipungo, Huíla, Julho/02), referia como problemas dos San destas Comunidades, os seguintes, que aqui apenas enuncio: fome, nudez, doenças, servidão, ausência de propriedade, ausência de identificação, exclusão social, analfabetismo, alcoolismo e violência!

Um outro relatório, ligado ao anterior e dele coevo, assinado pelo então Coordenador do mesmo Comité (Relatório Síntese da Visita Humanitária às Comunidades San em vias de extinção, localizadas no território da Província da Huíla) e, na altura, também Delegado Provincial do Ministério da Justiça na Huíla, assim resumia a dramática situação dos San visitados ... “as comunidades San vivem – na verdade, sobrevivem – em situações primitivas, calamitosas e até dramáticas e a situação que vimos dificilmente pode ser descrita ou narrada fielmente”.

Na sequência, este mesmo relatório propunha medidas a serem tomadas, imediatas e a médio prazo. Criou-se então uma Comissão governamental para acudir aos San, mas, na verdade, nem umas, nem outras das medidas foram desenvolvidas.

Seria bom que esta Conferência incluísse nos seus documentos orientadores os dois relatórios retro-referidos e incluísse nas discussões que aqui possam acontecer o conteúdo dos mesmos, particularmente nos aspectos aqui referenciados.

A cultura dos San, por força das contingências sócio-históricas e dos embates que a vida lhes guardou está em célere regressão, tanto material, como espiritualmente, na verdade, é já questionável a existência ainda de uma cultura San. Já quase nada permanece do seu

modus vivendi tradicional. Cada vez mais o homem San se empobreceu, esqueceu cantos e danças, mitos e históricas, práticas e costumes.

Mas a evolução não é fenómeno privativo das culturas materialmente progressivas. Pelas tradições e hábitos perdidos outros foram ganhos e estes devem ser agora a base para a viragem que se impõe. Extintas ou quase, a recolecção e a caça, dê-se ao San, conjuntamente com outras formas materiais de subsistência, os meios de desenvolver essas formas:

- a) A terra e meios de conhecimento para nela assentar a base da sua sobrevivência. É preciso reordenar a terra e parar já a cedência indirectamente forçada de terra pelos San aos bantus, como forma alternativa de sobrevivência, a falta de outra. A terra não tem que ser para cedência, por necessidade de resistir/iludir à fome, se não para preservá-la e dela tirar os frutos dum permanente sustento;
- b) Saúde e escolas, cuidado do corpo, afim de garantir tempo para o espírito; c) Ofícios e profissões que garantem trabalho e condições de vida.

Não se pode, nem se recomenda, impedir o processo de miscegenação já em curso, de que decorre uma mestiçagem biológica e cultural. Mas é urgente que esse processo seja acautelado, protegido legalmente: que os filhos mestiços não sejam, mesmo antes de paridos, renegados pelos pais bantus ou brancos e que as mães não tenham de engendrar novos filhos mestiços, novos enjeitados, para que o anterior possa sobreviver, ou então abandonar este, para que ela mesma sobreviva.

No meio da miscegenação, naquilo que, por ela, sorvido se perde, persista o esforço, até ao limite, da preservação de identidade. Subsistem por aí, nossas contemporâneas, ideias falsas a respeito dos San, todas elas depreciativas, que se impõe combater.

A terminar permiti, não sem certa emoção, que retome parte das conclusões do primeiro dos relatórios atrás citados:

Há vidas esquecidas que se estiolam de fome, de nudez, de doença, de miséria ... de falta de esperança.

Há seres que se excluem, porque são excluídos. Há seres que não são cidadãos. Tem-lhes sido recusado esse dado elementar de dignidade.

Há a resignação dos que sofrem e há a voracidade dos que exploram.

Mas há também o rosto suplicante dos doentes. E há o olhar inocente das crianças, a súplica calada, a que se não pode ficar indiferente, a que se não pode resistir.

Há um povo em extinção !

É preciso parar ! É preciso agir ! E já !

A Declaração Universal dos Direitos do Homem diz, logo a abrir, que “Todos os homens nascem e permanecem iguais em dignidade e direitos”. E porque assim é, então a nossa

dignidade está em perigo. A de cada um e a de todos, aqui dentro e lá fora. De uns, porque já a perderam e urge reencontrá-la; de outros porque, consentindo, estão em risco de a perder. Em qualquer dos grupos recusemos entrar.

Então, todos não somos de mais para o trabalho que nos espera.

Pessoalmente e em nome do Município a cujo destino circunstancialmente me orgulho de presidir, quero exprimir, sem hesitações, a honra dos Lubangueses, dos Huilanos, por ser a cidade capital da Província e dos angolanos, por ser parte do território de Angola, em vos acolher para este debate e o empenho da Administração Municipal em que vos sintais bem, filhos da terra, sobretudo desejar que desta Conferência, saiam linhas orientadoras muito claras, muito objectivas e propostas concretas, sobretudo exequíveis, em ordem à inserção dos nossos irmãos San, na senda imparável e crescente do progresso, do bem-estar, para um hoje melhor que o ontem e um amanhã melhor que o hoje.

Termino com o seguinte verso-súplica San:

PARA QUE A
“LUA NOVA APAREÇA E NOS DÊ ÁGUA”;

PARA QUE A
“LUA NOVA TROVEJE E NOS DÊ ÁGUA”,

PARA QUE A
“LUA NOVA NOS ENVIE ÁGUA LÁ DE CIMA”.

Muito Obrigado, bom trabalho e boa estadia.

Anexo **ntos e Mecanismos internacionais de protecção de populações** **s/minorias étnicas**

V

Instrumentos e Mecanismos Int

Edina Kozma, OHCHR Angola

Considerações gerais

- Direitos humanos
- (conjunto de exigências legítimas de natureza civil, político, social, económico e cultura que todos os seres humanos podem reclamar e gozar pelo simples facto de serem humanos)
- Não discriminação - não significa sempre tratamento igual
- Vulnerabilidade

- Medidas positivas - Protecção elevada

Instrumentos de protecção

- Gerais
 - Declaração Universal de Direitos Humanos
 - Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos
 - Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- Especiais
 - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
 - Convenção de Direitos de Criança
 - Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (1992)
- Draft Declaração das Nações Unidas sobre direitos das Indígenas (2006)
- ILO Convenção dos povos indígenas e tribais (nº 169)

Princípios Gerais para protecção de populações indígenas/minorias

- Auto identificação como minoria/indígena
- Direito à Participação
- Não discriminação
- Respeito pela identidade cultural, social, hábitos e costumes
- Respeito pelas instituições e mecanismos próprios criados pelas comunidades
- Reconhecimento de direitos individuais e colectivos
- Direito a estabelecer responsabilidades individuais para com a comunidade

Direitos assentados/garantias inovativas

RECURSO - TERRA

- Terra ocupada, terra necessária para sobrevivência e exercício de actividades tradicionais (casa, lavoura, cemitério, lugar de rezas, lugar de catar água, lugar para gado etc.)
- Valor económico, cultural e espiritual
- Reconhecer os direitos costumeiros existentes sob a terra (processo justo, independente, imparcial, aberto e transparente, com participação de comunidade)
- Direito aos recursos naturais (exploração consulta e participação na gestão e conservação do recurso)
- Direito a não ser desalojado/necessidade extrema – informação- consentimento
- Benefício igual de programas agrárias

DIREITO À EDUCAÇÃO

- Igual acesso
- Direito à participação do desenho e planificação de programas de educativas
- Incorporar/ver reflectida na educação sua história, valores tradicionais, seus conhecimentos
- Direito a estudar na língua materna
- Direito a estabelecer/criar instituições próprias – dever respeitar standard mínimo
- Princípio da educação de comunidade e sobre a comunidade

DIREITO À SAÚDE

- Direito a uma segurança social

- Acesso aos serviços ou disponibilização de recursos para a criação de serviços alternativos aceitáveis para a comunidade
- Serviços “community based”
- Direito à participação na gestão e control destes serviços
- Política de integração - Práticas de curar, práticas tradicionais de prevenção e medicinas tradicionais
- Preferência: formar membros de comunidade e empregá-los localmente

Obrigações especiais dos Estados

- Criação de mecanismos
 - Prevenir e punir
- destruição de identidade
- Privação de suas terras, áreas e recursos
- Deslocação forçada com objectivo de limitar o exercício de qq direito
- Assimilação e/ou integração forçada
- Propaganda negativa

Mecanismos internacionais de protecção

- Comités (CDH, CESCR, CERD, CRC)
 - Relatórios/recomendações
 - Estado Parte contra Estado Parte queixa (CDH)
 - Comunicações/queixas individuais OP ICCPR
- Grupo de trabalho sobre Minorias (1995)
 - Acompanha a promoção e a implementação da Declaração
 - Analisa possíveis soluções para ultrapassar/prevenir problemas ligados a minorias
 - Recomenda medidas apropriadas para promoção e protecção de minorias
 - Fórum para dialogo – participação aberta não é necessários ECOSOC acreditação
- Perito Independente em assuntos de Minorias (2005)
 - missões, relatórios
- Perito Independente sobre os direitos e liberdades fundamentais de indígenas
 - Cartas de alegação
 - Apelos urgentes
- Mecanismo 1503
- Violações graves de direitos humanos

Desafios

- Preservação de identidade vs. Assegurar o direito a desenvolvimento económico
-

Reconhecemos que somos todos iguais respeitando as nossas identidades

Anexo VI

A Situação Jurídica das Comunidades San no que diz Respeito à Terra

Por:

Maria José Lopes

Jurista, Doutoranda em Direito Governância e Desenvolvimento

A Lei de Terras (LT) de 2004, trás ao panorama jurídico angolano um novo direito aplicável à terra rural que poderá ser aplicável ao caso das comunidades San. Trata-se do domínio útil consuetudinário. Este é um direito de excepção consagrado pela LT, que visa conceder protecção e segurança jurídica no que diz respeito à posse da terra a comunidades às quais a LT chama de “famílias rurais”. Trata-se não de todas as famílias que vivem no meio rural, como o termo erradamente faz supor, mas sim de certas comunidades pertencentes por natureza ao mundo rural e que são mais comumente chamadas de comunidade tradicional. Escusado será entrar na problemática da definição de comunidade tradicional. Num país em que décadas de guerra obrigaram a deslocações e à consequente desfragmentação de grupos antigamente coesos, bem como, em muitos casos, a uma mudança de hábitos abrupta por força da necessidade de sobrevivência, e dada a instabilidade em que se viveu durante essas décadas, que comunidades ainda se podem classificar como tradicionais? Que comunidades terão sobrevivido ao problemático conceito de tradicional? Essa é uma pergunta de difícil resposta. No entanto parece-me certo que a haver comunidades tradicionais em Angola, as comunidades San têm certamente de ser incluídas nesse leque de comunidades a que se pode chamar de tradicional.

O domínio útil consuetudinário é um direito de uso e aproveitamento da terra que assiste a determinada comunidade enquanto tal. É um direito colectivo, pertencente perpetuamente à Comunidade como um todo.

Se comparado com o direito de propriedade poder-se-á dizer que a grande diferença entre um e outro é a inexistência do poder de alienação no segundo caso, o caso do domínio útil consuetudinário. Não quer isto dizer, que a comunidade não tenha a possibilidade de realizar outros negócios que não o de alienação dos terrenos. É o caso do arrendamento. No caso de arrendamento em há um título de domínio útil consuetudinário, seria bem mais fácil reaver os seus terrenos em caso de incumprimento da outra parte, ou findo o prazo pelo qual foi acordado o arrendamento.

Conforme acima ilustrado, este novo direito poderá ser um instrumento valioso na garantia de segurança jurídica aos San., bem como um elemento essencial para uma maior capacidade negocial da comunidade e o fim da situação de crescente perda de terras de que os San têm sido vítima

È certo que a figura do domínio útil consuetudinário, deixa bastante a desejar sob alguns aspectos, mas è neste momento a única solução jurídica para o problema das comunidades San. Um dos problemas deste direito é o facto de ser um direito colectivo, que como tal assiste apenas à comunidade como um todo. Ora, o facto é que não existe nestas comunidades uma percepção da terra como um bem colectivo, mas sim um bem individual ou de cada família. No entanto, o trabalho de capacitação que a OCADEC pretende realizar ao nível da liderança das comunidades poderá ser uma forma positiva de resolver esta fraqueza do domínio útil consuetudinário, incentivando uma gestão da terra que permita que este bem colectivo beneficie toda a comunidade.

Fica assim ilustrado que as comunidades San necessitam que sejam tomadas medidas concretas com vista não a uma resolução meramente temporária, como seria o caso de donativos sem ser no âmbito de uma estratégia de melhoria das suas condições de vida a médio e longo prazo. Seguem algumas sugestões de possíveis medidas:

- Capacitação dos membros das comunidades e estímulos ao nível da auto-estima,
- Distribuição de instrumentos e animais, no contexto de programas de desenvolvimento social e económico à semelhança de programas de segurança alimentar implantados em comunidades vizinhas de outras etnias,
- Incentivo e assistência à rentabilização de actividades tradicionais, como é o caso da manufacturação de cestos e outros artigos de uso doméstico.
- Vacinação e desparasitação das crianças
- Atribuição de títulos de domínio útil consuetudinário às comunidades e monitorização das suas actividades com vista a apoiar a implementação de actividades rentáveis

Anexo VII

Modos de Vida na Comunidade San De Mutwe-Wo-Ondjamba, (Huila, Angola)³

Alusivo a Primeira Conferência Regional das Comunidades San de Angola

³ Estudo elaborado âmbito do programa Acesso dos Pobres ao Mercado desenvolvido pela SNV (Organização Holandesa para o Desenvolvimento) – Angola. Contou com a colaboração da OCADEC (Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento).

Ficha Técnica:

Supervisor: Adriano F. Gomes

Desenho de investigação, análise de dados, interpretação e apresentação de resultados: Adriano F. Gomes

Colheita de dados: Marcelino N. Mussanha, Adriano F. Gomes, Benedito

Quessongo, Gaspar Daniel

Registo de dados: Marcelino N. Mussanha

RESUMO EXECUTIVO

Os San constituem uma pequena minoria que vive dispersa, em pequenos grupos, na África Austral, nomeadamente no Sul de Angola, África do Sul, Namíbia e Botswana. O desenvolvimento é um processo sistemático que deve incluir, nas suas estratégias, factores específicos para aumentar a capacidade das comunidades no controlo e gestão dos diferentes activos, preservar a sua identidade cultural e assegurar a sua participação de política. O conceito de modos de vida é cada vez mais utilizado nas estratégias de desenvolvimento. O presente estudo teve como objectivo desenvolver uma melhor compreensão dos modos de vida dos San e do contexto em que sobrevivem, de forma a contribuir para a identificação de pontos de entrada apropriados ao apoio e construção de modos de vida sustentáveis. Foi realizado na comunidade San residente na aldeia de Mutwe-Wo-Ondjamba, comuna da Kapunda Kavilongo, município da Chibia, província da Huíla, e decorreu de Fevereiro a Abril de 2007. Para além dos San, também habitam a mesma aldeia famílias Muila (etnia Nhaneca-Humbe). Na obtenção de dados foram usadas metodologias participativas tendo sido tomada a 'família' como unidade de pesquisa.

A comunidade San desta aldeia é composta por 13 unidades familiares, três das quais chefiadas por mulheres, perfazendo um total de 69 membros. Com excepção de uma, as unidades familiares são monogâmicas. As habitações dispõem-se de forma dispersa e a distância variável pela área da aldeia. A maioria das unidades familiares possui uma apenas que serve não apenas para dormir, mas também de cozinha e de local para guardar mantimentos e ferramentas de trabalho. São de pau-a-pique, não barradas e cobertas a capim (gramíneas). Os utensílios domésticos são pouco numerosos e muito simples. Não existe posto médico nem escola na aldeia. A mortalidade, particularmente a infantil, é muito alta (39%). Nenhuma criança está escolarizada. Existe um ponto de água potável a cerca de cinco quilómetros da área habitada pela comunidade San.

A comunidade obtém os seus alimentos a partir de diferentes fontes: culturas agrícolas, colecta (frutos e tubérculos silvestres, cogumelos e mel), caça, comida pelo trabalho, permuta (troca de peças de artesanato, particularmente 'Kimbalas' e obras em ferro, por cereais), compra e ajuda alimentar. A fonte alimentar primária baseia-se numa mistura de alimentos colectados, de alimentos produzidos e de alimentos obtidos em troca de trabalho. O peso de cada um desses elementos apresenta variações sazonais devido particularmente à sua disponibilidade e

acessibilidade. As fontes alimentares consideradas como sendo de maior importância são a comida pelo trabalho e as culturas agrícolas.

As actividades diárias estão estreitamente relacionadas com o acesso e controlo sobre recursos. As mulheres levam a cabo tanto actividades reprodutivas com produtivas. Para além das actividades comunitárias serem escassas, raramente a comunidade San nelas participa de forma activa. Foram identificados os seguintes recursos: terra, caça, floresta, bicicletas, habitação, utensílios domésticos, utensílios de caça, galinhas, porcos. Os benefícios identificados incluem: rendimento (dinheiro), produtos de colheitas agrícola, produtos alimentares silvestres, ovos, carne de caça,. O controlo de recursos e benefícios a nível da unidade familiar é feito ou pelo homem, ou pela mulher ou por ambos. O acesso a recursos e benefícios depende de factores externos e de normas intrafamiliares. O direito à terra é muito inseguro.

As actividades geradoras de rendimento identificadas estão basicamente relacionadas com recursos naturais e meio ambiente. O trabalho para terceiros (prestação de serviços aos Bantu, fundamentalmente no domínio de agricultura), a agricultura e o artesanato são consideradas como fontes de rendimento muito importantes. A agricultura é de sequeiro, sendo cultivados, em regra, não mais de 1,5 hectares de terra divididos por duas lavras, uma onde a lavoura é feita à mão e outra de com charrua (apoio dos Bantu em troca de trabalho ou pela cedência de terras). Está altamente dependente da mão-de-obra familiar mas, corolário da dimensão reduzida das unidades familiares, essa mão-de-obra é altamente deficitária. A generalidade das famílias possui algumas galinhas. Nenhuma explora ruminantes domésticos. O artesanato baseia-se na produção de 'kimbilas', machados tradicionais, punhais, instrumentos musicais, azagaias, lanças, enxadas, peças para charruas, etc., na generalidade depois permutados com produtos alimentares.

Em conjunto com a comunidade foram definidos três níveis de relacionamento com instituições e organizações, indo do nível 1 (relações muito fracas) ao nível 3 (relações boas). No nível 1 foram colocados: Administração da Comuna da Kapunda Kivilongo, Igreja Católica, Soba e Seculos. No nível 2, a comunidade Bantu vizinha e o Comité de acção do MPLA. No nível 3, a OCADEC. Como principais problemas foram enumerados os seguintes: fome, discriminação e exclusão social; escassez de dinheiro; sobas Bantu não resolvem problemas que envolvem os San e negação à paternidade por parte dos Bantu. O grau de sucesso da comunidade em desenvolver modos de vida é determinado parcialmente pelo efeito de políticas, instituições, organizações e processos que estão fora do seu controlo. Sendo discriminatórios, correm as estratégias de modos de vida adoptadas.

A comunidade estudada vive num contexto multifacetado fazendo uso de diferentes estratégias de modos de vida e explorando a flexibilidade de adaptação e solidariedade que caracterizam as sociedades San. Dependendo dos activos existentes, as unidades familiares levam a cabo um leque de actividades para sobreviver, sendo as escolhas condicionadas pela dimensão e acesso à base de activos. As deficiências relativamente aos vários grupos de activos (capital natural, humano, físico, financeiro, social e político) são notórias. A comunidade

experimenta actualmente uma erosão crescente dos seus modos de vida com o consequente aumento exponencial da sua vulnerabilidade. Presentemente está dependente do trabalho agrícola eventual e da permuta ou venda de pequenos produtos de artesanato. A caça e a colecta foram sendo progressivamente relegadas para a situação de recursos secundários no âmbito dos seus modos de vida. As novas estratégias de sobrevivência adaptadas não são capazes de proporcionar uma base sustentável para as gerações futuras. A cedência de terras, mesmo que considerada a título devolutivo, envolve o risco da perda progressiva de direitos sobre as mesmas.

A comunidade de Mutwe-Wo-Ondjamba possui um grau de dependência muito alto dos recursos naturais tanto para obtenção de alimentos como para geração de rendimentos. Neste contexto, é severamente afectada quando o seu acesso aos recursos naturais lhe é limitado ou negado, ou quando ocorre degradação do meio ambiente. Um dos constrangimento enfrentados, e que constitui uma característica de exclusão, é a limitação sistemática a ele imposta e as suas oportunidades de desenvolvimento pelos processos que determinam os seus modos de vida. Ao longo dos anos, as família vêm adoptando, para sua sobrevivência um conjunto de estratégias dinâmicas e flexíveis com base em oportunidade surgidas mas que as vêm arrastando para modos de vida diferentes dos que lhes são inerente e também para uma dependência e subserviência cada vez maiores face aos seus vizinhos Bantu.

Anexo VIII

The San's ongoing
and continuing
Babala Festus -

The San's ongoing Struggle for Justice, Dignity and Control of our own Destiny

A paper prepared for the
First Angolan San Conference
Lubango, Angola
26 April 2007

by
Baba Festus
on behalf of the
South African San Council
and

The Working Group of Indigenous Minorities in Southern Africa [WIMSA]

1. Historical Background

The San are the original inhabitants of Southern Africa and are also known as Bushmen. As a hunter-gatherer people we depend largely on access to land and natural resources. However, most of the San communities in the region have lost their control over the land and natural resources.

Over the past 300 years the San faced an intrusion into their hunting-gathering territories not only by herders from Central and Eastern Africa but also from European settlers, whose interest focused on farming, often also on mining and on the tenure of land. In the beginning the San welcomed the settlers and exchanged both goods and their knowledge about the environment with them. As the San did not have a concept of individual ownership of land and were also not interested in monetary enrichment they experienced a massive dispossession of their ancestral land and natural resources and consequently enslavement as labourers by the intruders.

Looking back at our history we, the San realize that we have ended up as the poorest of the poor. We do not have much influence on our countries' governments and we have lost almost all our rights over our ancestral land and natural resources. My fellow San also feel the pain of our declining cultural values.

However, I am happy to report that after Botswana and Namibia became independent and South Africa held its first democratic elections in 1994, respect for human rights grew in these countries. We, and other marginalized people eventually took part in development discussions. During the past two decades the San in Botswana, Namibia, South Africa and more recently the San in Angola realized that their countries' constitutions guarantee them the same rights as other citizens. However, they became also aware of the fact that they are only able to claim their constitutional rights if they unite and organize themselves. As a result the San established their own advocacy and lobbying organization, namely the Working Group of Indigenous Minorities in Southern Africa [WIMSA] and are currently in the process to set up San Councils in each of the above-mentioned country. The South African San Council already exists since 2001. Furthermore various San groups formed their own development organizations to insure participation in the development dialogue and to prioritize grassroots level development.

2. Rights of Indigenous People in Southern Africa

I believe if we, the San of Southern Africa would be respected as much as other ethnic groups there would be no need for specific rights for indigenous peoples.

The fact that the San are the first people and therefore the indigenous people of this area has not yet been acknowledged by most governments of the region. The Southern African governments have not yet agreed on a suitable definition of indigenous people, which would guarantee the first people, such as the San, their sole right to call themselves indigenous. Almost every African group, might it be a minority or majority in their country, claims a form of indigenity. The blanket interpretation "we are all indigenous" undermines the status of the first people. The land and natural resources are therefore claimed by almost all people of southern Africa as their rightful place of origin. Without lamenting further about the

indigenous status of the various groups claiming their indigenesness, the San chose to organize themselves as an indigenous minority under the umbrella of their regional organisation WIMSA.

2.1 Access to Land and Natural Resources

As mentioned above, we, the San have been and still are displaced from our land, which destroyed our livelihoods. The denial of access to traditional food and medicine has already resulted in some loss of our cultural and indigenous knowledge. Often the San have been forced off their ancestral land without compensation. Therefore the various San groups of southern Africa regarded the fight for their rights to access to land and natural resources as one of their main objectives.

I would like to draw your attention to the ways in which the governments of Angola, Botswana, Namibia and South Africa have dealt with the San's indigenous rights to access to both land and natural resources.

2.1.1 Angola

Shortly before the 27-year long civil war in Angola came to an end in April 2002, OCADEC [Organização Crista de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário], was established as an organization focusing on assistance for the San in the southern part of the country. In 2003, OCADEC was actively involved in the first assessment of the situation of the Angolan San which resulted in a narrative report and video titled "Where the First are Last". This publication describes among other difficulties their immense problem of the lack of guaranteed access to land and natural resources.

Therefore the official granting of community land rights to two San groups in the Huíla Province by the Angolan government in 2005, is regarded as a particularly encouraging sign that the needs of the San are being recognized. It is also felt that the Angolan government has the political will to assist the San in their efforts to fight poverty. Furthermore I feel that it is remarkable that the Angolan government is hosting this First Angolan San Conference, which gives my sisters and brothers an opportunity to make their voices heard.

2.1.2 Botswana

On various occasions it has become apparent that the San in Botswana struggle to acquire rights to land and natural resources.

2.1.2.1 Central Kalahari Game Reserve

In 2002, the Botswana government forcefully evicted about 1500 G|ui and G|lana from their ancestral land in the Central Kalahari Game Reserve [CKGR]. With the assistance of both San organizations and national and international human rights organizations the San filed a legal case against the government of Botswana in the High Court. In December 2006, the High Court of Botswana ruled that the San had been wrongfully evicted from their ancestral land in the CKGR and as a result could return to their land. The excitement about the San's victory in re-gaining the rights to return to their ancestral land is shadowed by the details of the court ruling, which do only allow the 189 G|ui and G|lana claimants and their direct relatives to return home. The judges' ruling also entails that the San are not allowed to have any domestic animals such as donkeys for transport purposes and that they need a special hunting license if they want to hunt in the CKGR. Furthermore the court ruled that the government is neither obliged to provide water nor health and education services. Therefore some of my fellow San consider the court ruling a "pyrrhic victory".

2.1.2.2 Syndicates

In order to receive land allocations, the San - as any other citizen in Botswana - have to form syndicates. This requires that they have to pool their few domestic animals and compete with pastoralists, who often own huge herds of cattle, in applying for grazing land. There is no provision in the land act that land could be allocated for the sole use of hunting and

gathering and to live in peace and harmony with the environment. Nevertheless, a few San families have recently succeeded in getting grazing rights allocated.

2.1.2.3 Wildlife Management Areas

Community members residing in the districts, where Wildlife Management Areas are located can apply for a hunting license. The Department of Wildlife establish the annual hunting quotas for the areas which are based on existing game population.

Only a few individual San residing in some of the Wildlife Management Areas have been successful in obtaining their hunting quotas. Unfortunately most of the San living in the extremely remote Wildlife Management Areas miss the application deadline since they have neither a radio nor a newspaper to receive information about the process on time. The few San, who are actually aware of the deadline, lack often the money to travel to the regional administrative center, where they have to file their application. As a result, the already better off community members - mainly non-San - succeed in acquiring most of the hunting licenses. In my view, the fact that a traditional hunter-gatherer society is forced to apply for hunting licenses is a rather disrespectful act towards our culture and traditional life.

2.1.3 Namibia

Not a single San group in Namibia can consider the land they are residing on as their 'own land' as the government has declared all land in the country government-owned. This entails that the government controls all activities, which have land as their basis. According to the Namibian land act, communal land should not be fenced off. However, massive illegal fencing has taking place by wealthy livestock farmers during the last few years.

Although the Khwe in the Caprivi still live on their ancestral land they have lost control over it as the Humbukush, who are Bantu pastoralists, declared themselves the rightful owners of the land. The Namibian government supports this claim by not recognizing the leadership of the Khwe and giving preference to the Humbukush. This has resulted in the fact that the Khwe Traditional Authority is excluded from the Land Board, which is the decision-making body for land allocations in Namibia.

In Tsumkwe District East, the Ju/'hoansi of Nyae Nyae have currently rights to manage their conservancy. A communal conservancy is a legal entity that permits its members to "jointly manage, use and benefit from the wildlife in the conservancy" [WIMSA report 1998/99, p. 41]. In this context it is noteworthy that the Ju/'hoansi are the only San in Namibia, who were granted traditional hunting rights on the portion of their ancestral land, which they were able to retain.

In Tsumkwe District West, the !Kung established the Nǀa Jaqna Conservancy, which was gazetted by the Ministry of Environment and Tourism in 2003. Naturally, the !Kung should have the same rights to manage their ancestral land including the natural resources as their Ju/'hoansi neighbours. However, after having heavily invested in the Nǀa Jaqna Conservancy in terms of community consultations, training, management structure, game re-introduction, tourism development, and an office building the Namibian Ministry of Lands, Resettlement and Rehabilitation is currently attempting to de-gazette the conservancy. After a possible de-gazetting the ministry plans to grant small holdings to livestock farmers. My fellow !Kung are very concerned that they might lose the conservancy from which they could derive much needed income.

2.1.4 South Africa

The democratically elected governments of President Nelson Mandela and also of President Thabo Mbeki have been quite sympathetic to the needs and rights of the San in South Africa.

2.1.4.1 The ǀKhomani of the Kalahari

After intense negotiations with the South African government and with the assistance of human rights lawyer Roger Chennells the ǀKhomani received 38 000 hectares of farmland in March 1999. Additional ownership was claimed and granted over a 26 000 hectare portion of the Kgalagadi Transfrontier Park, south of the Auob River and adjacent to the government-owned Twee Rivieren Rest Camp. The 1500 people strong ǀKhomani community has in the meantime formed their own organization, namely the ǀKhomani Communal Property Association [CPA] which is in charge of the utility plans for the granted land.

2.1.4.2 The !Xun and Khwe of Platfontein

Shortly before Namibia acquired its independence in 1990, about 4500 San soldiers and their families were moved to South Africa by the then South African Defense Force. With the assistance of our human rights lawyer the !Xun and Khwe received 13 000 hectares of commercial farming land at Platfontein, near Kimberley. The two communities, who are originally from Caprivi, the north-eastern area of Namibia and from Cuando Cubango in Angola also organized themselves under the umbrella of the !Xun & Khwe CPA. In collaboration with the South African provincial government the CPA set up a new village on the farm Platfontein and embarked on various income-generating projects.

2.2 Heritage Rights

The various WIMSA bodies such as the annual general meeting and the board of trustees have time and again emphasized that we, the San will succeed in our ongoing struggle for justice, dignity and control of our own destiny as a people. There are strong signs that the younger generation will become more interested in our heritage the more they are convinced that traditional values can successfully be combined with the advantages of modern life. In tandem with the wider public's growing interest in San traditional knowledge, values and beliefs, the San youth are coming to realize that culture can instill pride in a person and sometimes has substantial economic value. Over the last few years our heritage and culture have become significantly more important to San communities around the region.

Therefore we have taken control of how we are presented to tourists by being actively involved in the planning and running of !Khwatla, the San Culture and Education Centre about 80km northwest of Cape Town, South Africa. As custodians of our heritage we have also initiated a debate with academics, government officials and museum representatives that we would like to have unlimited rights to rock art sites, where pictures were drawn and engraved by our ancestors. We would like to negotiate these rights with farmers and government departments as some of the sites are found either on private, government or communal land. Our regional advocacy organization WIMSA and the South African San Council have taken the lead in making our voice heard.

2.3 Intellectual Property Rights

The issue of San intellectual property rights has received much national, regional and international recognition over the last few years as we have signed two benefit-sharing agreements concerning the *Hoodia* succulent. The first agreement was signed between the South African Council for Scientific and Industrial Research [CSIR] and WIMSA in March 2003 and in March 2007 the second agreement was signed between the Southern African Hoodia Growers Association [SAHGA] and WIMSA. Both CSIR and SAHGA acknowledge the San's traditional knowledge of and thus their prior intellectual property rights to the use of *Hoodia* as an appetite-suppressant. Currently many activities focus on the issues of *Hoodia* protection, its cultivation and its potential for the health and wellness market. We, the San will try by all means to ensure that pure and not fake *Hoodia* products, which are presently mushrooming everywhere, will be marketed. The label attached to pure *Hoodia* products clearly indicates a traceability system and that benefits are shared with the San of Southern Africa.

3. Conclusions

My presentation does not intend to cover all the rights the indigenous people should re-gain. I chose the rights to land, our heritage rights and our intellectual property rights and would like to emphasize through them which prerequisites should be fulfilled. Firstly the indigenous communities need to establish representative structures so that they are able to negotiate their rights. Secondly rights come always with duties and responsibilities, which should be accepted.

Therefore it was important for the San of Southern Africa to establish their own organizations, which often still rely on the expertise of non-San as we often lack both training in specific areas and appropriate tertiary education. Without the assistance of non-San, who are committed to our development agenda we could not have achieved the granting of land and conservancies to us, intellectual property rights and the rights to voice our problems and aspirations to the national and international public.

I sincerely hope that we will survive as both traditional and modern people, representing the first inhabitants of the Southern African region.

Thank you for letting me air my views at this important conference.

4. Acknowledgement

I would like to thank both Magdalena Brörmann and Axel Thoma who assisted me in writing this paper. I would also like to thank the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights who granted me this opportunity to attend this significant event.

Anexo IX

WIMSA: An Introduction



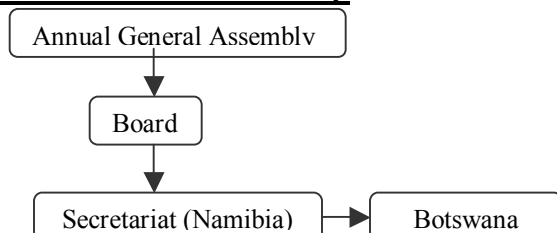
Mathambo Ngakaeaja, 26 April, 2007
First Angolan San Conference, Lubango, Angola

Anexo X

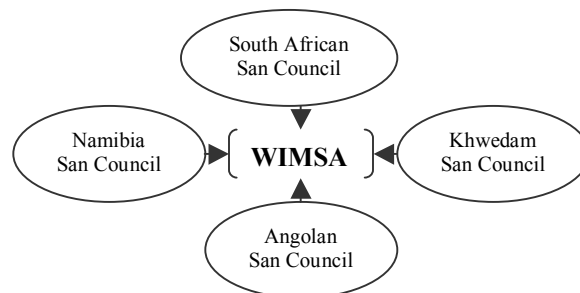
Description

- Founded in 1994, established in 1996.
 - A San resource center in Southern Africa aiming to **facilitate** dialogue between San and Governments, NGOs, the public, Parastatals, Research and other institutions.

Governance and Leadership



Regional Organigrama



Operational Focuses

- Advocacy and Lobbying
- Representation
- Leadership
- Capacity building
- UN, ILO, etc
- Decision making
- Identity
- Language and culture
- Legal support

Conclusions

- San are able people and must be supported to survive the transition from traditional “older” life to modernity.
- Calls for affirmative action for disadvantaged groups of society should not be juxtaposed with tribalism, secessionism or separate development.
- Development support of San through donor funded NGOs has a limited life expectancy. Donors have bench marks to measure development and will eventually leave us alone with our problems.

Address by Counsellour Sisa D. P. Nwana
At the First Angolan San Conference
Lubango, 26 April 2007.

“Angola, the San and development”

Chair, allow me to convey this august forum warm greetings from my Ambassador here in Angola and from the people of South Africa, all wish this gathering here in Lubango in the beautiful Huíla Province, successful deliberations over these two days.

For us, participating in this historic conference, signifies the willingness of well as preparedness on the part of the Angolan government in the first place, and the governments of Namibia, Botswana and South Africa to transform our societies and by so doing contribute to the combating of the remaining vestiges of inequality and racism for justice, human rights and the dignity of all.

In the weekly Letter from the President Volume 1 No 29 of 10 – 16 August 2001, President Mbeki speaking a week before the convening of the World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and related intolerance, reminded his audience that: 'Our history tells the story of the tragic and virtual annihilation of the Khoi and the San people almost as soon as the earliest Europeans settlers arrived in our country. He continued that the language of the motto on our national coat of arms, /Xam or Cham (in the Xhosa orthography), seeks to pay tribute to these Africans many of whom perished at the hands of colonists who were un-apologetically racist. These settlers considered it within their rights to kill these Africans whom Jan van Riebeeck described as people who are dirty, who are lazy and who lie.'

In this first decade of 21 century, our governments are charged with the restoring of the dignity to the San and Khoi alike. We are called upon to show humanity and compassion where for centuries our fellow countrymen knew nothing but humiliation, deprivation and exclusion in the land that was theirs. Indeed history will never forgive us if we also do not ensure the full restoration of human rights to the remnants of the San and Khoi people.

That's why this conference will go down in history of a great epoch making. It seeks to, once and for all, redress the injustices and the inequities of the past which were imposed by the colonists and refined by the successive Apartheid regimes.

It is fitting, therefore, that those who ran rivers of blood to free Africa from the yoke of oppression, should today be the champions of democracy, human rights and dignity of all.

Much work has been carried out by our respective governments by way of addressing the problems and difficulties faced by the San people. A point at issue for instance, is the enlisting in July 2005 a visit by the Special Rapporteur of the United Nations on the Rights and Fundamental Freedoms of Indigenous People.

The idea behind the visit was to enable the UN and the international community at large, to better understand the situation of indigenous peoples in South Africa and to learn about government policies to promote and protect indigenous peoples' rights. During his visit Mr. Rodolfo Stavenhagen, the special rapporteur, had conversations with the government authorities at the national and provincial level, with civil society organisations, the United Nations country team and members of the donor community, on ways and means to strengthen South Africa's response to the needs and demands of indigenous communities.

Mr. Stavenhagen among others, visited the township of Platfontein, in the Northern Cape, where he met with chiefs and members of the !Xun and Khwe communities who had been resettled in the area after returning from forced displacement in Angola and Namibia. The conversations focused on the communities' challenges and successes in the field of housing, social services, health, education and other human rights issues.

In Upington Mr. Stavenhagen met with members of the National Khoi-San Council who told him of their major concerns, including the statutory non-recognition of the Khoi and San people, their difficulties in enjoying land rights, problems regarding full access to social services, their total participation as indigenous communities in the political process and survival of their culture and ethnic identities in the wider society.

In Andriesvale, in the Kalahari, the special rapporteur had the opportunity to learn about the living conditions, traditions, and cultures of the ǀKhomani San. He was informed of the settlement of the ǀKhomani San's land claim of 1999 and the problems and challenges they are now facing in order to make this land productive and source of income for the whole community.

Toward the end of his mission, the special rapporteur attended a workshop on the human rights of the San, Koranna, Nama, Griqua and Cape Khoi communities at the University of the Free State in Bloemfontein with participation of a number of non-governmental organisations and indigenous chiefs and representatives. He also participated in a lecture panel at the University of South Africa (UNISA), and gave a talk on indigenous and the United Nations at the University of the Free State.

Chair, Ladies and gentlemen, it is common knowledge that all indigenous peoples in South Africa were brutally oppressed by the colonial system and the apartheid regime up to 1994. the Khoi-San were dispossessed of their lands and territories and their communities cultures, destroyed. The tragic consequences of apartheid cannot be overcome in a few years, even though we are all conscious of the tremendous efforts that have been made by the democratic government in our country, to redress the many injustices inherited from the old regime.

We are satisfied though that the visit by the special rapporteur to our country bears witness to the efforts by the government to redress the problems and difficulties still faced by the indigenous people in our country.

We remain heartened by the understanding that through his conversations with the government authorities and the Khoi-San people, the special rapporteur was exposed to the challenges faced by these communities and their longstanding demands for land rights, official statutory recognition, respect for their cultural identities and full and equal access to social services.

Allow me to report to this august meeting that the special rapporteur was greatly encouraged by the government's declared commitment to meet the demands of indigenous people in our country as well as the ongoing efforts to formulate and implement appropriate legislation and policies to address issues such as land restitution, multilingual and multicultural education, the representation of traditional authorities in public life and the delivery of health and other services. Government is indeed aware of the urgency to focus on the accumulated backlog of unsatisfied needs of indigenous communities. *It is little wonder if the Khoi-San, seem to be dissatisfied by the delays of provision of services and demand that such efforts be speeded up.*

To beat this backlog, it has become urgent that there be more co-ordination between the various government departments that deals with indigenous people.

Finally, let me re-iterate the words of the late Dr. Agostinho Neto that: 'O mais importante é resolver o problema do povo'. I sincerely want to believe that by this token her today, we are all responding to this call and finally that, through our combined efforts in this regard, we shall achieve greatly.

Thank you all.